



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

AMANDA GAION PEDRO

**MULHERES EM MOVIMENTO:  
PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS DE MULHERES  
MILITANTES FEMINISTAS**

---

Londrina  
2019

AMANDA GAION PEDRO

**MULHERES EM MOVIMENTO:  
PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS DE MULHERES  
MILITANTES FEMINISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Pedro, Amanda Gaion.

Mulheres em Movimento : Processos de construções subjetivas de mulheres militantes feministas / Amanda Gaion Pedro. - Londrina, 2019.  
103 f.

Orientador: Alexandre Bonetti Lima.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Movimentos sociais - Tese. 2. Movimento de mulheres - Tese. 3. Militância feminista - Tese. 4. Psicologia Social - Tese. I. Lima, Alexandre Bonetti . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

AMANDA GAION PEDRO

**MULHERES EM MOVIMENTO:  
PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS DE MULHERES  
MILITANTES FEMINISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Carvalho  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Flávia Fernandes Carvalhaes  
Faculdade Pitágoras

Londrina, 26 de julho de 2019.

Dedico este trabalho às minhas mulheres: minha mãe, minha irmã e minha filha. Meus elos fortes de existência.

## AGRADECIMENTO (S)

É madrugada, chove, faz frio e ainda estou a terminar este trabalho que tanto me transformou e tanto fez de mim sujeito-mulher. Impossível não escrever essa parte em lágrimas, ao lembrar de tantas pessoas que me ajudaram a construí-lo.

Os primeiros obrigadas irão às mulheres que compõem meu ciclo familiar, minha mãe Cida, minha irmã Ana e minha filha Sari, não terá espaço suficiente para descrever a imensidão de afetos que sinto por cada uma. Os outros obrigadas irão para minhas primas Cleia e Cleide, mulheres que sempre estiveram ao meu lado, contribuindo para meu crescimento e bem-estar. Obrigada ao meu tio Enivaldo e ao meu pai (in memoriam), que sempre se fizeram presentes em minha vida (de um jeito ou de outro), sem essas mulheres e sem esses homens, eu jamais existiria. Agradeço o amor compartilhado, as trocas de saberes, o apoio, a paciência, a dedicação, os cafés da tarde, os almoços fartos e todo comprometimento em fazer de mim a mulher que sou hoje. Muitíssimo obrigada!

Agradeço ao meu orientador e amigo Alexandre Bonetti pela parceria neste trabalho, a escrita e a escuta conjuntas, o afeto construído ao longo desse processo e toda compreensão pelos acontecimentos que se sucederam nesta caminhada acadêmica. Obrigada por tudo, mestre! Sigo com seus ensinamentos e sigo mais forte após nosso encontro.

Agradeço a outra mestra, Sonia Mansano, que esteve sempre ao meu lado, me orientando os passos de uma carreira profissional ética e comprometida com o humano. Sem você tudo seria mais difícil e não suportaria o peso de ser uma pesquisadora! Obrigada por tudo, minha querida! Sigo levando uma bagagem teórica e afetiva imensa, devido sua dedicação na troca de conhecimento e nas possíveis criações de atuações profissionais com mais respeito e diversidade. Tenho em mim cada abraço recebido de ti quando mais precisei! Agradecida eu sigo!

Agradeço minhas irmãs-feministas que sem elas esse estudo não se tornaria realidade,

meus sinceros e intensos sentimentos à todas elas, em especial a: Talita Ab, Ana Carolina Franzon, Poliana Santos, Nicole Franzon, Marisse Queiroz, Silvana Mariano, Elza Correia, Tatiane Monteiro, Marselle Carvalho, Mari Moreira, Beatriz Batista e tantas outras mulheres que passaram por esse movimento feminista londrinense deixando suas marcas e suas histórias. Um agradecimento mais que especial à mulher que me iniciou ao feminismo e que hoje é uma das raízes que me mantém firme, Elaine Galvão. Se hoje existo como militante feminista, foi por sua causa!

Agradeço também a outras irmãs-feministas que fazem do meu cotidiano ser mais colorido e sensível, obrigada Nathália Gonçalves, Mariane Hara, Natália Viveiros e Renata Santana, por assegurar meus dias com tanto amor e dedicação à nossa amizade. Se hoje eu sei o que significa a palavra sororidade é porque vocês existem! Agradeço também a uma irmã que, no presente momento, não se encontra mais em meu dia a dia por conflitos que a vida nos reserva. A Meire Moreno me muito obrigada por partilhar comigo os dias intensos, por abrir sua casa para compartilhar suas dores, suas alegrias e sua família, por ter contribuído na construção deste escrito e por ter dedicado seu tempo as leituras e correções deste trabalho.

Agradeço à todos(as) os(as) professores(as) do PPGPSI-UEL pelo comprometimento a este mestrado, com ressalvas ao professor Paulo Roberto, sempre muito atencioso e prestativo a esta pesquisa, as professoras e amigas, Flávia Carvalhaes e Alejandra Cedeño, pelas contribuições acadêmicas e os afetos compartilhados, ao querido Bruno, secretário do departamento de Psicologia Social, pelas ajudas frequentes com formatações e cafés, e as(aos) minhas(meus) colegas de turma, especialmente as minhas meninas da Linha 2: Lucielly, Tayna, Rafaela e Camila. Um obrigada especial ainda mais que especial a Maria Giulia, a querida Maju, pelo encontro lindo que foi atravessar esse caminho juntas! Você foi um presente e a lavarei sempre comigo!

Agradeço a CAPES pelo financiamento desta pesquisa e as minhas irmãs-bolsistas

Patrícia e Gracielly, nosso trio maravilha! Agradeço imensamente a escuta, o compartilhamento das angústias, das loucuras, dos risos e dos acontecimentos vividos. Foi lindo partilhar o cotidiano com vocês!

Agradeço ao meu querido Victor Hugo Silveira pelo encontro ao final dessa jornada, todo sentimento e ternura envolvidos, o carinho e a paz encontrados em seus olhos, o ouvir, a fala sincera e tranquila, que me fazem sentir a calma que tanto busco. Obrigada!

E, por fim, agradeço minhas antepassadas, pela luta aos nossos direitos! Pela luta por nossas vidas! Afinal, tudo isso é por nós! Pelas mulheres e para as mulheres!

Militar é agir. Pouco importam as palavras, o que interessa são os atos.

Félix Guattari em *Revolução Molecular*

Pedro, A. G. **Mulheres em Movimento**: processos de construções subjetivas de mulheres militantes feministas. 2019. 102 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

O movimento social de mulheres perpassa a história com suas demandas e lutas frente à conquista de direitos. A cada transformação deste movimento novos olhares se constroem sobre o mesmo, assim como novas pautas vão surgindo, passando a exigir soluções para as dificuldades encontradas. O presente trabalho tem como principal objetivo a investigação, a partir de um determinado grupo de mulheres militantes feministas, em como esse movimento social, na cidade de Londrina-PR, produziu transformações na visão de mundo e de si no mundo nas mulheres que dele participaram e participam. Para tanto, além do acompanhamento das atividades do movimento, entrevistar um grupo de três mulheres de diferentes faixas etárias e tempo de participação no movimento, de modo a contemplar as singularidades dos efeitos da militância para cada uma, foi realizado. A psicologia social é um campo rico em ferramentas conceituais e metodológicas para o entendimento dos processos de organização deste movimento que se constitui e se reconstitui através da linguagem feminista, proporcionando que mulheres envolvidas no movimento produzam novos sentidos para suas vidas e para as lutas na conquista plena de cidadania para todas as mulheres. As perguntas norteadoras para seguir esse processo de pesquisa, passaram por tais reflexões: os discursos que são tecidos dentro deste contexto onde os feminismos se fazem e se refazem, podem contribuir para a produção de sentido no cotidiano vivido das agentes deste movimento? Essa produção de sentido através do discurso feminista pode afetar de forma significativa o cotidiano dessas mulheres? E como é essa afetação, se assim houver? Para responder tais questões, os procedimentos metodológicos realizados passaram por uma leitura flutuante dos conteúdos das entrevistas e diários de campo; com o objetivo de identificar as unidades temáticas presentes nos discursos, foram divididos os discursos dessas mulheres em tempos (tempo 1, tempo 2 e tempo 3), baseados nas perguntas feitas à elas sobre o envolvimento com tal movimento social e seus desdobramentos, organizando assim os conteúdos discursivos dos registros, de acordo com as categorias analíticas levantadas e relacionadas aos objetivos da pesquisa, e por fim, foram analisadas as narrativas buscando as teias de sentido, em consonância com as causas e os efeitos das ações e vivências produzidas nos espaços deste movimento social. Como possíveis resultados foi observado que os encontros que convergem entre os discursos das mulheres que se intitulam militantes feministas e estão na luta diária pela conquista de direitos e de políticas específicas para as mulheres, e a produção de sentidos em seus cotidianos ao levar em consideração suas experiências vividas no seio deste movimento social se efetivou. Os fatores que se fazem presentes no movimento feminista londrinense que geraram possíveis transformações nas vivências cotidianas dessas mulheres veio de encontro com as expectativas que foi de buscar confluências entre as práticas discursivas dessas mulheres atuantes no movimento feminista e a produção de sentidos em suas realidades, gerando assim, novas significações de ser sujeito-mulher no mundo, tendo em perspectiva, suas atuações de cunho feminista.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Movimento de mulheres. Militância feminista. Práticas discursivas. Psicologia social.

Pedro, A. G. **Women on the move: processes of subjective constructions of feminist militant women.** 2019. 102 p. (Masters Dissertation in Psychology). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## ABSTRACT

The women's social movement passes through the History with their demands and struggles face the conquest of rights. At every transformation of this movement new looks are built, as new issues arise, requiring solutions to the difficulties encountered. The main objective of this paper is to investigate, starting from a certain group of feminist activists women, how this social movement, in the city of Londrina-PR, produced transformations in the worldview and of themselves in the world in the women who participated and participate. Therefore, in addition to monitoring of the movement activities, interview a group of three women of different age groups and time of participation in the movement, in order to contemplate the singularities of the effects of militancy for each one, it was performed. The Social psychology is some field rich in conceptual and methodological tools for acquaintance the processes of organization of this movement that is constituted and reconstituted through feminist language, allowing women involved in the movement to produce new senses for their lives and for the struggles in the full conquest of citizenship for all women. The guiding questions to follow this research process have gone through such reflections: the discourses that are woven within this context where feminisms are made and refashioned, can contribute for the production of sense in the daily life of the agents of this movement? Can this production of sense through feminist discourse significantly affect the daily lives of these women? And how is this affectation, if so? In order to answer such questions, the methodological procedures performed have gone through a floating reading of the contents of interviews and field diaries; with the aim of identifying the thematic units present in the discourses, the discourses of these women were divided in time (time 1, time 2 and time 3), based on the questions asked to them about the involvement with such social movement and its unfolding, organizing the discursive contents of the registers, according to the analytical categories raised and related to the objectives of the research, and finally, the narratives were analyzed looking for the webs of sense, in consonance with the causes and effects of the actions and experiences produced in the spaces of this social movement. As possible results it was observed that the meetings that converge between the discourses of women who call themselves feminist militants and are in the daily struggle for the conquest of rights and specific policies for women, and the production of senses in their daily lives when taking into account their experiences lived within this social movement became effective. The factors that are present in the Londrina city feminist movement that generated possible transformations in the daily lives of these women came to meet the expectations that was to seek confluences between the discursive practices of these women acting in the feminist movement and the production of sense in their realities, generating new senses of being subject/woman in the world, having in perspective, their feminist action.

**Keywords:** Social Movements. Women's Movement. Feminist Militancy. Discursive Practices. Social Psychology.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
E.V.A	Emancipação, Valorização e Apoio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MV	Marcha das Vadias
ONG	Organização Não Governamental
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	15
2.1	PROCESSOS METODOLÓGICOS .....	15
2.2	PARTICIPANTES.....	21
2.3	INSTRUMENTOS.....	22
2.4	PROCEDIMENTOS .....	22
<b>3</b>	<b>MULHERES EM MOVIMENTO</b> .....	25
3.1	MOVIMENTOS SOCIAIS: ONDE SE INSEREM AS MULHERES?.....	25
3.2	MOVIMENTOS FEMINISTAS: AS MULHERES INSURGENTES .....	29
3.3	MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTA PÉ VERMELHO .....	41
3.3.1	Militância Orgânica e Visceral .....	43
<b>4</b>	<b>DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A PROTAGONISTAS DAS LUTAS</b> .....	50
4.1	GÊNERO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....	50
4.2	MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	60
<b>5</b>	<b>ANÁLISE</b> .....	68
5.1	DAS VIOLÊNCIAS ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS E NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES MILITANTES .....	68
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	89
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93
	<b>APÊNDICES</b> .....	97
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	98
	<b>ANEXOS</b> .....	99
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	100

## 1 INTRODUÇÃO

As mobilizações das mulheres em torno da conquista de direitos existem há longos anos, com demandas específicas que envolvem, entre outros, as questões de gênero, raça e classe. Demandas essas que vão surgindo no decorrer da história a exigir novas soluções para novos problemas emergentes. A cada transformação deste movimento, foram registradas várias ações emancipatórias no que diz respeito aos direitos civis, políticos e sociais das mulheres; e a cada mudança, novos olhares se constroem e novas discussões se consolidam em direção ao contínuo e assegurado acesso das mulheres por cidadania.

No ano de 2012 na cidade de Londrina-PR houve intensa mobilização de mulheres contra a cultura do estupro, devido uma onda de manifestações geradas em torno desta pauta. A efervescência que se originou em encontros de mulheres possibilitou a concretização da primeira Marcha das Vadias [MV] no município, uma manifestação construída no Canadá, em resposta aos estupros que vinham ocorrendo na Universidade de Toronto. Valores que nos cercam até os dias atuais sobre a culpabilização da mulher em relação ao ato da violência, fizeram com que a indignação de milhares de mulheres pelo mundo tomasse caminhos de organização social, através das redes sociais houve a marcação de encontros presenciais para a formação de protestos de rua contra a chamada cultura do estupro. Em Londrina não foi diferente. Após várias reuniões de mulheres, se materializou a primeira (MV), que se tornou um marco histórico na luta por direitos para as mulheres na cidade e que pode ter afetado significativamente suas construções subjetivas.

Com isso em mente, esta pesquisa parte da indignação constante de uma ativista pelos direitos das mulheres e psicóloga social que acompanha os desdobramentos do cenário feminista na cidade de Londrina-PR desde 2012. Através deste acompanhamento, um questionamento sobre os impactos das atividades e discursos do movimento entre as mulheres militantes fez-se presente, materializando-se nesse estudo. A psicologia social é um campo

rico em ferramentas conceituais para o entendimento dos processos de organização deste movimento que se constitui e se reconstitui através da linguagem feminista proporcionando que mulheres envolvidas no movimento produzam novos sentidos para suas vidas e para as lutas na conquista plena de cidadania para todas as mulheres. Este é o alvo desta investigação.

Neste sentido, nosso problema de pesquisa pode ser sintetizado nas seguintes perguntas: os discursos que são tecidos dentro deste contexto onde os feminismos se fazem e se refazem, podem contribuir para a produção de sentido no cotidiano vivido das agentes deste movimento? Essa produção de sentido através do discurso feminista pode afetar de forma significativa o cotidiano dessas mulheres? E como são essas afetações, se assim houver? A busca por essas respostas é que impulsiona a realização de tal pesquisa.

Partimos da hipótese de que o movimento feminista da cidade de Londrina-PR, que se configurou a partir de 2012, conseguiu impactar significativamente a vida das mulheres militantes no que tange aos processos de produção de sentidos no cotidiano das mesmas. Apostamos que os processos de fortalecimento, emancipação, conhecimento e empoderamento que o movimento ecoa, perpassam as esferas públicas e privadas do cotidiano de tais mulheres agentes do feminismo. As articulações feitas dentro deste movimento podem gerar constantes transformações nestas mulheres, promovendo ressignificações importantes na história das mesmas, enquanto sujeitos sócio-históricos ao produzir mudanças sociais, políticas e culturais.

Objetiva-se, portanto, investigar, a partir de um grupo de mulheres feministas militantes, como o movimento feminista de Londrina produziu transformações na visão de mundo e de si no mundo nas mulheres que dele participaram e participam, na tentativa de uma possível construção de novas narrativas sobre o gênero feminino e seus direitos. Para tanto, além do acompanhamento das atividades do movimento (manifestações de rua, reuniões de preparação de atividades, reuniões com a sociedade civil, com secretarias do

governo etc), entrevistamos um grupo de três mulheres de diferentes faixas etárias e tempo de participação no movimento, de modo a contemplar as singularidades dos efeitos da militância para cada uma.

A dissertação foi organizada do seguinte modo: no primeiro capítulo apresentamos a metodologia que fundamenta esta pesquisa e que será utilizada para a análise dos dados coletados; no segundo capítulo do trabalho discorremos sobre a construção dos discursos e práticas dos movimentos feministas ao longo da história ocidental recente, e nos dedicaremos, especialmente, ao movimento de mulheres feministas londrinense e suas construções de novas narrativas sobre gênero e seus direitos. No terceiro capítulo, trataremos da materialização das violências, ou seja, apresentaremos os principais debates acadêmicos e dados relevantes sobre as diversas formas de violência de gênero que se materializam nas vidas cotidianas e que impactam marcadamente as mulheres. No capítulo quatro, discutiremos as análises, dos registros das entrevistas realizadas e dos cotidianos de luta vividos por essas mulheres; por fim, encontra-se a conclusão deste estudo e possíveis sugestões de novas pesquisas nesta área de conhecimento.

## 2 METODOLOGIA

Neste capítulo será tratada a escolha da metodologia desta pesquisa. Como referência principal de investigação e análise será utilizada a do Construcionismo Social, perspectiva que se encaixa no conjunto das Epistemologias críticas.

### 2.1 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Segundo Mary Jane Spink (1999), a pesquisa científica é um discurso institucionalizado, inserido em um sistema de regras pautadas por estratégias de validação há muito consagradas pela tradição. Para um procedimento ser reconhecido como científico é necessário ter em suas bases uma atividade metódica, ou seja, um método científico que é, de forma geral, um conjunto de concepções sobre a natureza, sobre o ser humano e sobre o próprio conhecimento, embasando os procedimentos utilizados na construção do saber.

Em se tratando das ciências humanas, dois grandes modelos foram instituídos na modernidade para pensar a pesquisa científica, o monismo metodológico e a epistemologia compreensiva. O primeiro modelo consiste em utilizar uma metodologia pautada na formulação e testes de hipóteses, na verificação do conhecimento obtido e na validação dos resultados de modo a serem generalizados, utilizando-se, para tanto, do mecanismo de triangulação metodológica como confirmação dos resultados. É um modelo orientado pelo Positivismo, no qual a Física é definida como referência para feitura de uma investigação rigorosa.

O segundo modelo parte do princípio de que o ser humano e suas construções sociais, culturais e históricas devem ser compreendidos como fenômenos distintos e singulares dos fenômenos naturais, exigindo métodos consonantes com essas singularidades. Ele não

desconsidera os elementos subjetivos na relação pesquisador(a)-pesquisado(a), mas o contempla como parte importante do processo de investigação. Isso porque não há a intenção, aqui, de desvelar uma essencialidade real do fenômeno como algo a ser generalizado, mas tão somente compreender a processualidade das redes horizontais – incluindo-se a rede pesquisador(a) pesquisado(a) – e as matrizes históricas situadas cujas materialidades compõem o estar sendo do fenômeno em questão – seja uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma comunidade, uma organização social etc.

A perspectiva construcionista, para Spink (1999), é sobretudo resultante de três movimentos: da filosofia discursiva (desde o giro linguístico), da sociologia do conhecimento e da política, em particular do processo de empoderamento do movimento feminista. Na filosofia discursiva, como uma reação ao representacionismo, ou seja, à noção da linguagem e do conhecimento como um espelho do real; na sociologia do conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade a-histórica; e na política feminista, com a perspectiva de um olhar não masculino e eurocêntrico, abrindo o campo para uma perspectiva situada do conhecimento.

O Construcionismo Social foca na fluidez das interanimações dialógicas como elemento de compreensão de sentidos, pois concebe o discurso não como uma representação ou tradução do real, mas como ação social. Sendo assim, separações entre ações sociais e palavras, entre real e significação do real são desconsideradas, pois discurso é ação que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada pessoa em relação.

Para Mikhail Bakhtin (1988), esse processo de produção de sentidos é sempre dialógico. Diz ele:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se de uma orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o

objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (p. 88)

Todo discurso é, então, composto por intertextualidades, configurando-se como uma trama polidiscursiva, pois é sempre perpassado pelo(s) discurso(s) de outrem. Toda pessoa é, assim, sempre respondente. E toda pessoa, por sua vez, tem intencionalidades (conscientes e inconscientes), tem visões de si e do mundo, tem uma voz por meio da qual se expressa. Uma voz, porém, que nunca é isolada e dissociada de outras. Sua existência se faz em meio às interações com outras vozes. Seja nas situações de diálogo conversacional, em que ambas as vozes estão simultaneamente interagindo, seja nas situações de interações mediadas, ou solitariamente em resposta a discursos imaginários ou incorporados, lidos ou ouvidos em algum instante da vida, todo sujeito opõe sempre uma “contrapalavra” à palavra de outrem (Bakhtin, 1999). Embora cada pessoa se oriente, em suas relações com o mundo, por repertórios discursivos presentes nas linguagens sociais e gêneros de fala, a apropriação que faz disso é singular, posto que tudo que se diz, se fala, se sente, escreve, pensa, se compreende, tudo o que, de algum modo, é vivenciado dialogicamente – e para o Construcionismo, tudo o que é vivenciado pelo ser humano o é dialogicamente – é confeccionado e materializado situacionalmente, a partir do lugar e tempo histórico em que se está posicionado; lugar e tempo histórico, vale dizer, que transforma-se constantemente.

Tal processo de transformação se faz em meio a temporalidades que se confluem na materialização dos discursos e dos processos de construção de sentidos. Sobre isso, Mary Jane Spink (2010) descreve a presença de três temporalidades que, embora distintas, confluem indissociadamente nos processos de construção de sentidos. A primeira temporalidade ela nomeia tempo curto; é o tempo do aqui e agora das interanimações dialógicas das relações face a face ou mediadas que compõem o momento absolutamente presente de nossas vidas, na qual as possibilidades de rupturas se fazem em potência.

A segunda temporalidade é o *habitus*, conceito que a autora empresta de Bourdieu para focar o tempo dos processos de socialização da vida de cada pessoa, na qual inscrevem-se no corpo ações e comportamentos, escolhas e sentidos comuns socialmente esperados conforme as categorias sociais em que se é identificado, seja no âmbito do gênero, classe social, etnia, entre outros. A terceira temporalidade é o tempo longo, definido como o tempo das grandes instituições e valores que, embora aparentemente imutável, transforma-se também na medida em que é tensionado pelas interações sociais e interanimações dialógicas da vida sendo vivida.

Outros componentes conceituais importantes do Construcionismo e que se fazem muito presentes neste trabalho é a noção de lugar e cotidiano. Spink (2000) define lugar como o “fluxo de intervenções causais reais ou intencionais no processo contínuo de eventos no mundo” (p.52), e pensar o cotidiano vivido onde se materializam as relações sociais e as relações de poder, exige olhar para o lugar no qual se presentificam simultaneamente o todo social e as relações sociais locais do dia a dia, carregadas de significados e sentidos. O lugar, assim, é efervescente, assumindo constantemente variáveis e instáveis formas as quais, embora tendam a ser capturadas e colonizadas pelos centros hegemônicos, impõem resistências com a finalidade de buscar mudanças nas teias naturalizadas das relações opressoras. Considerando o movimento feminista como movimento de resistência, e a psicologia social crítica como dispositivo que oferece ferramentas comprometidas politicamente e eticamente, entendemos esta como subsídio importante para problematizar potenciais naturalizações de relações sociais de opressão e desigualdade.

A definição de cotidiano que perpassa neste estudo compreende tal conceito “como lugar de vida, de competência e de ação” (Spink & Spink, 2017, p. 593). Em um de seus escritos em conjunto, Peter Spink e Mary Jane Spink, sinalizam um importante olhar sobre o que é cotidiano:

Mas, afinal, o que é cotidiano? Talvez a melhor resposta seria perguntar “com que cotidiano eu vou?” Se considerarmos a origem latina do termo, *quot dies*, o cotidiano é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o transformador e o repetitivo. Na busca de uma resposta inicial, podemos entender cotidiano como aquilo que está dentro da gama normal de possibilidades. Rotinas são partes das possibilidades, porém, ao contrário do que alguns continuam pensando, o cotidiano não é sinônimo de rotina. Escovamos os dentes todas as manhãs, é uma rotina. Vamos trabalhar e dependemos de ônibus, mas, às vezes, os ônibus estão em greve. Há dias em que chove bastante, e o córrego perto da casa alaga e as ruas ficam intransitáveis. Há dias que fazemos coisas bem diferentes e, não raro, coisas bem diferentes acontecem; ações e eventos que não são previsíveis, mas que estão na gama de possibilidades e expectativas. Morando em São Paulo, em 2017, não esperamos ter que correr para um abrigo por causa de um alerta de bombardeio. No entanto, ir dormir nas estações do metrô de Londres (o *Underground*) fazia parte do cotidiano de muitas pessoas, durante a década de 1940. (Spink & Spink, 2017, p. 594)

Entender o cotidiano como processo de vida engendrado por inúmeras possibilidades de ser e de existir, é olhar para o movimento feminista de Londrina, e se deparar com muitos discursos vivos que possibilitem novos enredos no dia a dia vivido dessas mulheres que constroem este movimento social (eis a perspectiva que adotamos neste trabalho).

A concepção de discurso e produção de sentidos que traz a Epistemologia Construcionista mostra-se, assim, como uma ferramenta interessante para apreender qual o objetivo desta pesquisa, a saber, os processos de materialização do movimento feminista londrinense, pressupondo-o como componente de uma rede de ruptura com o lugar instituído dado historicamente às mulheres, e as transformações configuradas e em potência das

mulheres militantes que foram entrevistadas. Compreender a dinâmica de como se deu – e tem se dado – o processo de construção e transformação do movimento simultaneamente às reconstruções e transformações das mulheres que nele militam vai ao encontro, ademais, a uma concepção de uma psicologia social crítica que não se isenta de imiscuir-se nas redes de poder e contrapoder que permeiam o processo de luta de emancipação das mulheres. Esta, a psicologia social – bem como os campos de saber acadêmicos de um modo geral – deve contribuir com este debate, deve colaborar na luta pela ressignificação do que está instituído quando o instituído produz opressões naturalizadas, como revelam os inúmeros registros de violência contra as mulheres. Deve, em suma, participar da produção de novas materialidades, materialidades que favoreçam emancipação, igualdade no acesso aos bens de cidadania, no acesso a uma vida digna e respeitada.

A pesquisa, nesse sentido, mais do que uma prática de verdades generalizáveis sobre o tema, se faz mediante uma imersão situada nas teias de sentido que se processam no dia a dia da existência destas mulheres na sua participação no movimento feminista londrinense. Imersão que, por sua vez, possibilita que a pesquisadora compreenda e participe das conversas, das ações, dos debates, da luta enfim. Depreende-se disso que a pesquisa além de ser uma prática social e dialógica, é substancialmente uma prática crítica e política.

Quanto à noção de rigor na construção do conhecimento, como já dito anteriormente, não se tenciona utilizar de triangulações metodológicas ou outros dispositivos para verificação e confirmação da veracidade generalizável dos resultados. A triangulação aqui, mais do que um caminho para verificação, como dito acima, será empregada como dispositivo para ampliação dos elementos, histórias e experiências acerca do fenômeno em pesquisa. Assim, as entrevistas realizadas não têm a intenção de confirmar achados das observações participantes, mas sim dar continuidade às histórias destas mulheres no movimento e às implicações disto em suas vidas sendo vividas. Ademais, tendo em vista ser uma pesquisa

situada em um tempo e lugar, o rigor se faz através da descrição de onde esta pesquisadora fala, sua história com o movimento feminista, quem são as mulheres que foram selecionadas, porque foram, como foi se dando o processo de relações com o movimento e com tais mulheres para contar suas histórias de militância, bem como os afetos que foram compartilhados. Em suma, descrever a situação para que leitores e leitoras possam também compreender o processo de construção das singularidades situadas desta história.

Importante ressaltar as considerações éticas do processo de feitura desta pesquisa. Quanto a isso, além do anonimato garantido aos sujeitos da pesquisa e da solicitação da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, após o devido esclarecimento dos objetivos e do que trata a pesquisa, bem como da liberdade de cada sujeito de não mais participar, quando mudar de ideia quanto a isso; a pesquisadora compromete-se a apresentar e discutir os resultados conclusivos da mesma, como também, antes disso, os resultados parciais para serem discutidos com o grupo para que tenham a possibilidade de apontarem críticas e sugestões para o andamento da pesquisa. Em outras palavras, a intenção é radicalizar uma relação pesquisadora-pesquisadas horizontal, de sujeito-sujeitos, rompendo assim com o modelo de ciência tradicional sujeito-objeto.

## 2.2 PARTICIPANTES

A atual pesquisa contou com a participação de três mulheres que se identificam como militantes do movimento feminista da cidade de Londrina- Pr. Cada uma destas mulheres foi escolhida porque, além de pertencerem a faixas etárias diferentes (73 anos, 53 anos e 29 anos), iniciaram a militância em diferentes momentos da história do feminismo em Londrina, para proteger o anonimato das participantes foram utilizados nomes de grandes mulheres expoentes do movimento feminista ao longo da história. Emma de 73 anos, vivenciou o movimento feminista local desde sua tenra infância, cresceu sendo envolvida por sua mãe as

ações deste movimento social, pois seu pai eram militantes de esquerda e sempre foram envolvidos(as) com a perspectiva política socialista, neste sentido, sua mãe era uma liderança do movimento de mulheres e, desde então, Emma se fez e se faz atuante como militante feminista. Pagu de 53 anos, aderiu ao movimento a partir de sua entrada ao serviço público que atua até o presente momento, deparou-se com as questões das mulheres ao terminar sua graduação em Ciências Sociais, pois pesquisou em seu TCC sobre a rotina de trabalhadoras em uma fábrica de costura, após o término de seu curso, adentra a política institucional encontrando respaldo para sua atuação em uma rede nacional de mulheres, a Rede Feminista de Saúde [RFS], onde compõe como uma das lideranças tal organização. Olympe de 29 anos, assume seu papel como militante feminista ao participar das reuniões de organização da primeira Marcha das Vadias (MV), após ser organizadora deste ato público e político pelo fim da cultura do estupro, junto com outras mulheres jovens fundou um coletivo atuante na cidade até os dias de hoje, o EVA Coletivo Feminista [E.V.A]. Essas mulheres também estiveram envolvidas de forma ativa nas transformações ocorridas por esse movimento a partir do ano de 2012.

### 2.3 INSTRUMENTOS

As ferramentas utilizadas para compor essa pesquisa foram: diários de campo, entrevista conversacional e registro de conversas no cotidiano gerados por essas mulheres ao longo de sua participação no movimento e revisão de literatura.

### 2.4 PROCEDIMENTOS

A proposta desta pesquisa teve início a partir dos encontros com as mulheres atuantes no movimento feminista de Londrina-PR, devido esta pesquisadora também ser parte pulsante desse movimento. Os encontros se davam a partir das demandas surgidas ao longo do

processo de discussão sobre o movimento de mulheres, as trocas de experiências, observações, diálogos e ações que ocorreram nas reuniões do movimento e coletivos feministas da cidade de Londrina, nos encontros de planejamento político desses grupos, nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMDM) do município de Londrina, além dos encontros de debates sobre as pautas do movimento feminista que foram impulsos para se chegar a realização desse estudo.

Também para critério de análise foi realizado encontros de forma individual entre esta pesquisadora e as participantes escolhidas, onde a escolha do lugar foi indicada pelas mulheres que fizeram parte do processo. Nesses encontros foram realizadas entrevistas semidirigidas, de forma que este instrumento utilizado não foi pensando como algo fechado ou moldado a priori por completo, mas que foi algo livre, de construção coletiva, no sentido da conversação, um possível diálogo sobre seus envolvimento com o movimento feminista da cidade de Londrina e como este mudou/transformou sua realidade, tentando acessar a possibilidade de novos discursos sobre elas mesmas e sobre sua relação com mundo. As participantes ao descreverem sobre suas vivências dentro deste movimento possibilitaram que a pesquisadora analisasse tais descrições, tais histórias, com base em suas escolhas teóricas.

O procedimento de análise seguiu as seguintes etapas abaixo:

- a) Leitura flutuante dos conteúdos das entrevistas e diários de campo, com o objetivo de identificar as unidades temáticas presentes nos discursos;
- b) Foram elaborados em divisões de tempos de análise os conteúdos gerados nas entrevistas, tendo em vista as perguntas norteadoras realizadas as participantes, onde foram reorganizados dos conteúdos discursivos dos registros, de acordo com as categorias analíticas levantadas e relacionadas aos objetivos da pesquisa;

- c) Por fim, foram analisadas as narrativas buscando as teias de sentido, em consonância com as causas e os efeitos das ações e vivências produzidas nos espaços deste movimento social. Após a análise das entrevistas, dos diários de campo, e o fim do processo de pesquisa, estes materiais serão devidamente descartados.

### 3 MULHERES EM MOVIMENTO

Diversas mulheres ao longo da história têm mostrado o quanto são insurgentes e buscam uma revolução de mulheres e para mulheres. Em grande parte dos passos dados em busca de emancipação, autonomia e liberdade, demonstraram o quanto que juntas fazem transformações sociais e subjetivas. Transformações essas que proporcionaram condições de sobrevivência em meio a contextos de dominação masculina que colocam a mulher em posição de subalternidade.

#### 3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: ONDE SE INSEREM AS MULHERES?

Embora as mulheres tenham conquistado avanços expressivos no que diz respeito aos direitos de cidadania, em comparação aos homens a desigualdade ainda permanece sendo marcante. O processo de opressão e discriminação contra as mulheres continua a orientar relações que as expõem desde à violência psicológica e/ou física (colocando, muitas vezes, suas vidas em risco), ao assédio sexual, até obstáculos vastos nas possibilidades de ascensão na carreira, bem como a desigualdade de renda mesmo quando ocupam cargos hierarquicamente equivalentes aos dos homens. Herança de longa data nas sociedades ocidentais patriarcais com evidente hegemonia masculina, heteronormativa, branca e eurocêntrica, faz com que as mulheres sejam postas em um limiar de exclusão política, econômica e social, sendo consideradas objetos de uso e posse destituindo-as, inúmeras vezes, da liberdade de decisão e autonomia sobre sua vida e seu corpo.

Com efeito, em levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], divulgado em sete de março de 2018, referente aos anos de 2015 e 2016, nota-se que as mulheres têm em média renda mensal expressivamente inferior aos homens, embora tenham nível de escolaridade superior a eles. Além disso, ocupam apenas 37,8% dos

cargos gerenciais contra 62,2% dos homens. Com relação à participação política, ainda que as mulheres compõem 50,6% da população brasileira, apenas 10,5% dos deputados federais no Congresso Nacional são do sexo feminino.

Os dados acima ilustram a situação de grande opressão vivida pelas mulheres ao longo da história ocidental. São séculos de exposição aos mais diversos tipos de violência e negação de parte de seus direitos e de uma vida vivida com dignidade.

O movimento feminista, nesse sentido, mostra-se como um sujeito político e coletivo de luta e resistência contra tal situação. Sua força é fazer com que a objetividade dessa situação opressiva seja ressignificada de modo a ser concebida não mais como condição “natural” das mulheres, embora penosa; mas como injustamente imposta. Cria, assim, as condições para a construção de novos discursos de identificação da mulher, cujos sentidos a revigoram e a potencializam para coletivamente não somente criticar e resistir aos discursos que a subjugam, mas também avançar para expandir seus direitos sociais, civis e políticos.

Segundo Gohn (1997), os movimentos sociais podem gerar impactos profundos tanto ao texto social que o circunda, como aos membros que os compõem, na medida em que problematizam identidades, condições sociais, paradigmas hegemônicos, relações, valores, sexualidades naturalizadas como questões postas desde sempre. Ao problematizá-las, as politiza e as tensiona promovendo potencialmente transformações significativas – e não raras vezes, mesmo revolucionárias. Com efeito, ao refletir sobre a obra de Melucci, Gohn afirma:

Eles (os movimentos sociais) também produzem modelos organizacionais, influenciam instituições e atores sociais, públicos e privados . . . . Existe uma transformação na cultura e nos mores a partir da atuação dos movimentos sociais. Eles institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época. Como exemplos, Melucci cita as preocupações com ecologia, raça, gênero, infância etc. Ele conclui que os movimentos têm a capacidade de produzir novas formas de

nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir. (Melucci, 1994 citado por Gohn, 1997, pp. 157-158)

Alberto Melucci, nesta publicação citada por Gohn, enfoca os novos movimentos sociais. Surgidos após os anos 1960, trazem para o campo de reivindicação política pautas que não se restringem à luta de classes. Touraine (2006), ao também focar os novos movimentos sociais, destaca que contemporaneamente outras reivindicações emergem a partir deles, e não mais exclusivamente pautadas por questões econômicas, mas culturais, como é o caso dos movimentos feministas, LGBTI+, negros, indígenas, entre outros. Eles são, como diz Gohn (1997), “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil num universo de forças sociais em conflito” (p. 245).

Em seu livro “Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo Hoje” (2006), Alain Touraine procura elaborar uma teoria do sujeito. Argumenta ser necessário a construção de uma sociologia do sujeito, localizando-o não apenas nos processos de dominação e colonização, “mas engajado nas lutas sociais e culturais, nas relações cotidianas, defendendo suas liberdades e seus direitos. Daí sua preocupação em construir um novo paradigma para compreender os sujeitos e a sociedade, que não mais se definem em termos sociais, mas culturais” (Furlin, 2011, p. 10). Sua concepção de sujeito contemporâneo (o qual qualifica como sujeito enquanto ator social) remete às pessoas que lutam pela liberdade, resistindo à lógica dominante, cujas ações voltam-se para o direito à autonomia, para ultrapassar os limites impostos pelos papéis sociais e culturais em nome da integridade do eu e do respeito às diferenças – pois só é possível ser sujeito nesta perspectiva, diz o autor, quando se reconhece o outro como sujeito também. A produção do sujeito, então, se processa nos conflitos sociais, uma vez que ele não se aliena da trama social da qual faz parte, mas a transforma por meio de ações que se orientam por um sistema de desprendimento e engajamento simultâneos com relação aos papéis sociais. Logo, o sujeito não se qualifica

como alguém em equilíbrio estável e previsível, mas em desequilíbrio e instabilidade permanentes. Pois, o sujeito não é um estado, o resultado de um processo linear de evolução de uma identidade individual em direção a um estágio final, mas é movimento, é ação que se orienta para a criação e recriação de si mesmo. Tem, portanto, estreita vinculação com o movimento social. Diz Touraine (1994):

O sujeito se constrói simultaneamente pela luta contra os aparelhos e pelo respeito do outro como sujeito; o movimento social é ação coletiva de defesa do sujeito contra o poder da mercadoria, da empresa e do Estado. Sem essa passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem esse recurso a um princípio não social de ação na vida social, a ideia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e responsabilidade do sujeito. (p. 256)

É ainda Touraine que define o movimento social como um sistema de ação coletiva em busca do controle do desenvolvimento social. Melhor dizendo, ele o define em relação a um conflito social que se estabelece não entre dois grupos concretos meramente, mas a um modelo societário que se orienta no sentido de enquadrar as pessoas nos domínios da ordem dominante (1973). Dessa forma, o movimento se constitui através da luta de uma coletividade contra a tentativa de enquadramento dos seus membros. “Dado que ele (o movimento social) se situa no nível do sistema de ação histórica, ele se define pelo confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (Touraine, 1973, p. 356). Touraine, então, correlaciona a dinâmica do movimento social com o contexto de historicidade e seu modelo societário, atribuindo as novas formas de conflito e a formação dos novos atores às mudanças no contexto societário do capitalismo contemporâneo. “Eles são novas respostas para novas injustiças”, sintetiza (1973, p. 323).

O movimento social, então, é um espaço de construção e reconstrução de sentidos que se realizam na conjugação indissociada dos aspectos macro e microssocial. Assim eles emergem, desenvolvem-se (ou não), e podem disseminar novas narrativas que se potencializam a produzir ressonâncias significativas a inumeráveis pessoas submetidas a uma vida oprimida e de aviltamentos contínuos. Às condições objetivas da vida de uma coletividade social, os limites e coerções impostos, além das fissuras dos aparelhos do poder por onde as mobilizações coletivas e os movimentos sociais podem seguir suas trajetórias de luta, conjuga-se a leitura que disso é feito pelas pessoas, os sentidos depositados que, problematizados – e problematizando – propiciam a construção de narrativas e nomeações em comum em torno da luta por transformações efetivas de uma vida não mais sentida como naturalmente penosa, mas injustamente penosa. Em meio a este processo, o grupo pode se assumir enquanto sujeito – no sentido que Touraine dá a este termo – sendo capaz de protagonizar, de maneira conjunta e democrática, o processo de luta pela transformação da realidade opressiva de toda uma população.

### 3.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS: AS MULHERES INSURGENTES

O movimento feminista enquanto um movimento social de mulheres tem uma trajetória intensa de mudanças e de transformações das realidades sociais em quase todas as sociedades pelo mundo, principalmente, no ocidente.

Este movimento que tem como um dos principais objetivos questionar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, na busca pela igualdade de gênero e pelo fim da dominação masculina, tem seus marcos históricos desde a Grécia antiga, em personagens reais como Safo e Hipátia, poetisa e matemática (Luís Felipe Miguel & Flávia Biroli, 2014). Já na Idade Média, as obras de Cristina de Pizán, afirmavam que as diferenças físicas não eram importantes comparadas a igualdade da alma, que esta seria criada de forma

idêntica por Deus tanto para os homens quanto para as mulheres. Os escritos de Pizán, Miguel e Biroli (2014) apontam que a autora em plena idade das trevas já anunciava que a “inferioridade feminina era resultado não de uma natureza diferenciada, mas das condições sociais” (p. 19).

Essas obras escritas sobre a condição da mulher são de extremo valor, mas podemos afirmar que, de forma sistematizada e organizada, é a partir da Revolução Francesa que fagulha o surgimento do movimento feminista, como também de outros movimentos sociais, e já existiam escritos acerca das desigualdades que assolavam e ainda assolam as mulheres. Segundo Miguel e Biroli (2014):

O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. Assim, no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa. (pp. 19-20)

Filho indesejado desta Revolução, o movimento de mulheres que tomava corpo com expoentes como Claire Lacombe (1795-?) e Pauline Léon (1768-1838), da Sociedade das Republicanas Revolucionárias, e outras que lutavam de forma independente pelos direitos das mulheres, como Théroigne de Méricourt (1762-1817) e Olympe de Gouges (1748-1793), esta última escreve um dos documentos mais importante intitulado “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em contraponto a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”. Gouges crava um marco na história ao publicar tal ensaio sobre os direitos das mulheres, é um rompimento com os ideais da época, que não as incluíam nas profundas transformações que a Revolução Francesa trazia, destinando-as a esfera doméstica apenas. A maioria dos homens revolucionários franceses não demonstrava interesse pelas ações políticas e civis das

mulheres, muitos eram hostis, Condorcet foi um dos poucos que chegou a lutar pelo sufrágio feminino (Miguel & Biroli, 2014).

Porém, tal declaração de Gouges não trouxe um aprofundamento da compreensão das raízes das opressões que as mulheres sofrem há séculos. Esse maior entendimento veio com a Mary Wollstonecraft (1759-1797), na Inglaterra, com um de seus escritos mais importantes “Uma Reivindicação dos Direitos da Mulher”, elaborada em 1792, fruto também da Revolução Francesa, que discutia sobre os possíveis entraves para a emancipação feminina (Miguel & Biroli, 2014).

A partir dessas publicações podemos dizer que se iniciou a primeira fase do movimento feminista, para algumas teóricas feministas, se configura aqui a primeira onda deste movimento, que elencou pautas e agendas para a conquista de direitos, como cita Miguel e Biroli (2014):

O programa dessa primeira fase do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades. Ao colocar, com clareza exemplar, o problema em termos de *direitos*, Wollstonecraft promove uma inflexão na direção da construção de uma teoria política feminista. Ela é também uma autora singular pela maneira como, ao tratar dessas questões (com o foco voltado particularmente para a primeira delas), combina a adesão (quase inevitável) às idéias dominantes da época com elementos de inusual radicalidade. É assim, por exemplo, que a demanda por educação tem por objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente. (p. 21)

A finalidade deste estudo também não é realizar uma pesquisa aprofundada sobre a história do movimento feminista, delineando cada passo das mulheres no percurso de buscar a

garantia de direitos, por isso em conjunto com as proposições acima será realizada uma breve discussão histórica da mobilização das mulheres no ocidente, visto que, nesta região, as redes de relações e intercomunicações se fizeram mais constantes e influentes. Importante situar que nos continentes asiático e africano também houveram mobilizações de mulheres para a garantia de direitos, porém esta pesquisa buscará como fonte histórica o movimento feminista ocidental, especificamente o londrinense, marcando como início o sufrágio feminino.

O movimento social de mulheres, desde sua concepção política, como vimos anteriormente, iniciando com o movimento do sufrágio (século XIX), também conhecido como a primeira onda do feminismo, é marcada, principalmente, pela reivindicação ao direito ao voto, por melhores condições de trabalho e a viabilidade de frequentarem instituições de ensino (Branca Moreira Alves & Jacqueline Pitanguy, 1981). Após intensas lutas, as sufragistas, como eram conhecidas as agentes que atuavam neste movimento, conseguiram a possibilidade de novos meios de ações políticas para as mulheres, o movimento se estendeu e gerou caráter de cidadania para grande parte das mulheres da época. Alves e Pitanguy (1981) asseguram que:

Os anos de 1930 e 1940 representam um período em que, formalmente, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho. O sistema social e político (tanto o capitalista quanto o socialista) absorvera, de alguma forma, estas conquistas, que implicam no reconhecimento de sua cidadania. (p. 49)

Em meio ao surgimento do sufrágio universal, principalmente, do sufrágio feminino, o feminismo liberal nasce no século XIX, ampliando-se ao decorrer do século XX, suas grandes expoentes foram Wollstonecraft e Stuart Mill. Esta abordagem feminista carrega em suas nuances críticas contundentes por não possuir um viés classista, ou seja, não se atenta às questões de classe social, porém é imprescindível cuidado ao se avaliar desta forma, pois em

obras da própria Wollstonecraft aparece a denúncia da falta de representações políticas das mulheres e dos operários (Miguel & Biroli, 2014). Algumas líderes sufragistas nos Estados Unidos, como Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906), se tornaram destaque como advogadas que lutavam pela abolição da escravatura, Harriet Taylor Mill (1807-1858), é exemplo de escritora que fazia pontes entre a escravidão negra e a feminina, em seus ensaios sobre a conquista do voto para as mulheres (Miguel & Biroli, 2014).

Os encontros entre gênero, classe e raça, não foram tão bem desenvolvidos, nos séculos XVIII e XIX, do mesmo jeito que ganharam destaque nos estudos posteriores realizados pelas feministas. As mulheres negras “escravas não participavam do coletivo em nome do qual as sufragistas falavam.” (Miguel & Biroli, 2014, p. 22). Uma mulher negra, escrava e empregada doméstica, que se tornou uma oradora política, foi um dos grandes nomes feministas desta época, chamada Sojourner Truth (1797-1883), escancara a falta de reflexão por parte do movimento de mulheres, daquele determinado contexto, de compreender a condição de mulher de maneira mais ampla, incluindo as mulheres negras e escravas. Seu famoso discurso “Ain’t I a woman?” é reconhecido até hoje como uma das primeiras vozes do feminismo negro no mundo (Miguel & Biroli, 2014).

No século XIX também há o nascimento de outro feminismo, o feminismo socialista, que ganha corpo com as obras de Marx e Engels, porém como não houve por parte desses autores um recorte de gênero, algumas feministas como Flora Tristan (1803-1844), escreveu sobre a situação da mulher trabalhadora, fazendo a vinculação necessária entre classe e a situação da mulher na sociedade de classes. Porém, este feminismo não foi tão incorporado pelo sufrágio feminino, devido suas propostas serem consideradas radicais. No final do século XIX e início do século XX, algumas mulheres se tornaram fortes representantes deste

feminismo, como Clara Zetkin (1857-1933), Alexandra Kollontai (1872-1952) e a anarquista bastante conhecida Emma Goldman (1869-1940) (Miguel & Biroli, 2014).

Ao longo do século XX no ocidente, algumas pautas e agendas das mulheres foram sendo conquistadas e atendidas, como o direito ao voto e o acesso às instituições de ensino de todos os eixos educacionais ainda que, muitas vezes, de forma precária e estigmatizada<sup>1</sup>. No Brasil, figuras como Bertha Lutz (1894-1976), após a 1ª Guerra Mundial, lutaram pelo direito ao voto para as mulheres no país, com as intensas campanhas a favor dos direitos civis e políticos. Em 1932 a mulher brasileira conquista o voto, porém a participação política das mulheres não configurou avanço em detrimento de uma cultura oligárquica, elitista e patriarcal presente no Brasil (Elaine Galvão & Silvana Aparecida Mariano, 2000). Porém, importante situar que, neste contexto histórico, o feminismo brasileiro se construiu na esteira do feminismo hegemônico europeu e estadunidense na luta pelo direito ao voto.

Com as reivindicações em relação à educação, política e trabalho para as mulheres foram sendo gradativamente conquistadas, muitas outras demandas sociais, políticas, culturais foram surgindo e dando lugar a novas lutas, como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. “Ao mesmo tempo, as formas de subalternização que continuavam em operação na família, na política, na escola e no trabalho, a despeito dos avanços na legislação, passaram a ser esquadrihadas.” (Miguel & Biroli, 2014, p. 25). Surge aí outra fase do feminismo no ocidente, considerada a segunda onda do movimento feminista, que tem como grandes nomes deste momento Simone de Beauvoir (1908-1986), que com sua famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher!”, configurou bases essenciais para o feminismo contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Para uma leitura sobre a reprodução de desigualdades na/pela escola, ver, outros estudos da Guacira Lopes Louro. Sobre o descompasso da situação entre homens e mulheres na educação brasileira ver, p. ex., Fúlvia Rosemberg [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200011&script=sci_abstract&tlng=pt)

Assim como, nos Estados Unidos, Betty Friedan (1921-2006), teve lugar de destaque na criação de organizações de mulheres e em uma maior visibilidade do feminismo. Em sua obra “A mística feminina”, a autora faz análises importantes sobre o papel da mulher de serem esposas e donas de casa submissas a um marido que exerce forte controle sobre suas vidas, uma infantilização na qual as mulheres são colocadas. Porém, tal livro representa também um retrocesso a algumas abordagens feministas, principalmente, quando se olha para o recorte de classe e de raça/etnia, pois apresenta vivências de mulheres com ensino superior, brancas e de classe média como se fossem condições universais de todas as mulheres, não entendendo que a infantilização que aponta não cabe às mulheres pobres que necessitam trabalhar e as mulheres negras, devido serem, muitas vezes, as únicas fontes de sustento para suas famílias (Miguel & Biroli, 2014).

Em meados da década de 1960, auge deste movimento em sua segunda fase, Nancy Frazer (2007) pondera que as questões que envolviam o “pessoal” precisavam ser incluídas na visão política. Nesse sentido, Céli Regina Jardim Pinto (2010) aponta que o feminismo surge como um movimento libertário. Os espaços a serem conquistados não seriam apenas no trabalho, nos estudos ou na vida pública, mas também na questão da liberdade e autotomia de decisão sobre si como apontado no parágrafo acima. Meire Ellen Moreno (2016) afirma:

Assim, nos Estados Unidos e na Europa, o feminismo começa a assumir causas identitárias, deslocando o foco das discussões da dominação de classe para a dominação do homem sobre a mulher. É no desdobramento da denominada “segunda onda” que as preocupações das feministas se voltaram para as construções teóricas, estando presentes, no cerne das discussões, as questões que diziam respeito à natureza e à causa das injustiças de gênero, assim como as respectivas possibilidades de remediações para essas injustiças. (p. 18)

No Brasil, a segunda onda iniciou nos anos 1970, no momento de crise da democracia. Na luta contra a ditadura militar, porém promovendo outras pautas como valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer e a erradicação da violência sexual (Djamila Ribeiro, 2014). Neste período, uma autora brasileira feminista se destaca com sua tese de livre-docência defendida em 1967, Heleieth Saffioti, que trazia um referencial puramente marxista (Miguel & Biroli, 2014).

Iniciam-se mundialmente, inclusive no Brasil, as políticas pensadas nas questões de gêneros (década de 1970). Os movimentos começam a reivindicar políticas específicas de gênero. Em nosso país, conforme sugere Moreno (2016), as políticas no regime ditatorial começaram a causar impactos na economia doméstica das classes mais populares, o que gerou o surgimento do movimento feminino das classes populares.

Dessa forma, foram os clubes de mães e associações de bairros de mulheres que definiram o contexto para formação de uma articulação entre mulheres de classes populares, oferecendo a base para a mobilização política no que diz respeito às questões de classe e gênero. É importante ressaltar que tais organizações do movimento feminino não tinham o objetivo, naquele contexto, de desafiar as relações de poder baseadas no gênero, embora apresentassem reivindicações específicas nessa matéria. O foco de suas ações políticas se dava nas reivindicações diretas ou lobbys frente ao governo para o atendimento de necessidades concretas como, por exemplo, creches e moradias. (Sonia Alvarez, 1988 citado por Moreno, 2016, p. 20)

Esse movimento de mulheres que surgia no Brasil, ganha força com o Ano Internacional da Mulher, em 1975, organizado pela Organização das Nações Unidas [ONU], onde proporcionou discussões sobre os variados problemas que atingiam as mulheres. A luta pela redemocratização no país e as reivindicações das pautas dos movimentos de mulheres

pela diminuição do custo de vida se sobressaíram em relação a outras demandas, percebidas como lutas que envolviam as questões de gênero, como “a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial, a violência contra a mulher, e a carência de recursos coletivos – como creches”. (Galvão & Mariano, 2000, p. 27).

No mesmo ano de 1975 surge o Movimento Feminino pela Anistia, que foi uma das frentes de batalha para a derrubada do governo militar. Esse movimento integrado por mulheres que lutavam pelo fim da repressão, não era tão perseguido e reprimido, como os sindicatos, por exemplo, pois tinha certa liberdade de se opor ao governo ditatorial, devido o lugar da mulher na sociedade, onde seu papel de mãe e esposa, exercendo os cuidados para com família, as impulsionavam a buscar o bem-estar de seu núcleo familiar, com isso pressionavam o governo contra as medidas repressoras, exigindo a reabertura democrática (Galvão & Mariano, 2000).

A terceira onda do movimento feminista se consolida mundialmente nos anos de 1990, trazendo uma discussão dos modelos estabelecidos nas outras ondas, focando nas discussões de micropolítica (Ribeiro, 2014). As discussões trazidas por Judith Butler mudam no sentido de expor que o discurso universal é excludente, pois as opressões atingem as mulheres de diferentes formas. É preciso falar sobre gênero com recorte de classe e raça, entre outros, levando em consideração as especificidades das mulheres (Ribeiro, 2014).

É nesse panorama que surge a política queer. Como assegura Guacira Lopes Louro (2001), mesmo que seja muito diverso, existem entre os(as) estudiosos(as) do feminismo queer, algumas semelhanças, como em se embasar nas teorias pós-estruturalistas e na desconstrução como caminhos metodológicos de crítica literária e social. Requerem para suas análises, categorias e perspectivas psicanalíticas, contrapondo-se aos conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes (Moreno, 2016).

Como resultado desta terceira parte do feminismo concluiu-se que não existe apenas um enfoque feminista, há diversos, principalmente, quanto “às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes”. (Ribeiro, 2014).

Na América Latina e Brasil algumas feministas, nos anos de 1960 e 1970, como afirma Alvarez (1988), tinham como imperativo dar maior atenção às lutas mais gerais por justiça e se posicionavam contrárias aos padrões do capital que eram braços importantes dos governos ditatoriais e das classes consideradas dominantes.

Enquanto palco político, o Estado era compreendido como um fator de exclusão, de opressão e ponto contrário à justiça social, o que levou alguns movimentos, como o feminista, a exigirem políticas exclusivas de gênero.

As políticas do governo militar causaram efeitos bruscos na economia doméstica das classes populares, o que ocasionaram formas de resistência de mulheres, motivando o nascimento de uma organização feminina das classes mais baixas no sentido econômico, com o surgimento dos clubes de mães e de associações de mulheres que formaram uma mobilização política que ofereceu bases para as questões de classe e gênero. É válido pontuar que tais articulações dessa organização de mulheres não tinham por finalidade, naquele momento, acirrar desafios contrários às relações de poder voltadas as questões de gênero, apesar de terem ações reivindicatórias nesses pontos. O direcionamento de seus atos políticos se materializava nas pautas ou lobbys direto com o Estado para o acolhimento de necessidades como creches e moradias (Alvarez, 1988).

Na década de 1990, o feminismo brasileiro passa a dar maior atenção aos processos de institucionalização e ao debate sobre as diferenças entre as próprias mulheres. Na terceira onda do feminismo brasileiro, as feministas buscavam junto com outros movimentos sociais, reformas institucionais no Estado apontando para a democratização. Elas procuraram

estabelecer conexões com outras categorias como à raça, etnia e sexualidade; e iniciaram um movimento de estruturação por meio de [ONG's] voltadas para as questões das mulheres (Pinto, 2010).

Atualmente, fala-se em uma quarta onda do movimento feminista. Segundo Marlise Matos (2010, p. 68-69), a “quarta onda” valoriza “arenas paralelas de atuação, seja no âmbito da sociedade civil ou no das fronteiras existentes entre esta e o Estado”, assegurando a seriedade do debate em torno das interseccionalidades entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração.

Tal difusão feminista, com certeza, tem produzido consequências políticas e culturais que oscilam desde as políticas estatais (com os sérios desafios propostos a partir da transversalidade e intersetorialidade), passando pelas exigências das ações de cooperação internacional, introjetando-se na cultura popular até as reflexões mais íntimas e que tangenciam aspectos do reconhecimento da multidimensionalidade subjetiva e identitária. Por meio destes caminhos tem sido recorrente identificar trajetos pelos quais os feminismos parecem fluir horizontalmente (Matos, 2014, p. 69).

Sobre esse tema, Matos (2014) também afirma:

Os movimentos feministas e de mulheres, especialmente a partir dos anos 90, foram ganhando um novo contorno político. Podemos entendê-los não como um tipo específico de “movimento social”, mas e, sobretudo, como um “campo” – o “campo feminista e de gênero” . . . onde estão presentes forças heterogêneas, diversificadas, plurais, policêntricas de organização entre mulheres que vão às ruas, constroem espaços específicos de auto-reflexão e de crítica no âmbito de sindicatos, movimentos estudantis, das universidades, ONGs, parlamentos, partidos políticos e também, nas Organizações Internacionais etc. Essas atrizes conformaram uma rede de atuação que,

há muito, extrapolou a forma de organização meramente nacional, construindo-se assim as bases de interações que estão se dando no ciberespaço e através de outros meios recentes globais de comunicação de massa e tecnologia. (p. 10)

Com isso, tendo em vista a especificidade do contexto brasileiro, Matos (2010) pontua que a "quarta onda" do feminismo no Brasil pode ser verificada por meio da institucionalização das pautas e agendas das mulheres e de políticas públicas com recorte de raça, etnia e geração, a busca pelo poder político nos espaços institucionais de tomada de decisão; da concepção de novos organismos e órgãos de gestão de políticas de gênero nos âmbitos federal, estadual e municipal; da criação de (ONGs), de fóruns feministas e diversas outras redes de comunicação; e a perspectiva trans que direciona empenhos respectivamente em duas frentes: “uma luta por radicalização anticapitalista, por meio do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais, e de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul.” (Matos, 2010, p. 69).

Conforme vimos, as transformações do movimento feminista foram sendo realizadas de acordo com os acontecimentos sociais e culturais pelo mundo. A cada onda que se propagou, novos objetivos, novas pautas, novos olhares foram criados e intensificados, fazendo com que esse movimento crescesse e ganhasse a participação efetiva das mulheres. Existem ainda sim, muitas contradições, impasses e desafios a serem ouvidos e trabalhados para se alcançar maiores e melhores ações. Ações essas que possam modificar a vida de grande parte das mulheres, principalmente aquelas que são mais atingidas pelos machismos cotidianos e a negação de direitos, ou seja, as mulheres negras, que buscam todos os dias formas de sobrevivência em uma cultura patriarcal e racista.

Levando em consideração todo esse histórico do movimento feminista no mundo, escrever sobre esse movimento em Londrina - PR, seus desdobramentos e quais serão as

contribuições da psicologia social nesse processo histórico-social-cultural requer contar outra história. Segundo Spink (2003, p. 22), “nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que nós contamos”. Assim, segue no próximo tópico a narrativa desta pesquisadora não acabada deste e neste movimento contada em primeira pessoa.

### 3.3 MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTA PÉ VERMELHO

Em Londrina, é especialmente na década de 1970 que as mulheres em conjunto com diversas mulheres de diversas regiões do país, se engajaram na luta pela democracia no Brasil e pela redução dos custos de vida, entre outras pautas.

Em 1975 um comitê pró-anistia foi instituído em Londrina pelas mulheres do município, agrupando-se ao Movimento Feminino pela Anistia que em meados de 1977 tornou-se o Movimento Brasileiro pela Anistia, onde houve a entrada de diversos segmentos sociais. No ano seguinte, na cidade de Londrina foi fundado o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, sendo grande parte de suas lideranças mulheres (Galvão & Mariano, 2014).

Em 1979 é constituída a Frente Democrática da Mulher Londrinense que atuou nas lutas citadas acima, mantendo-se ativa até 1983. Foi produzido no mesmo ano na cidade algumas edições do Jornal “Brasil Mulher”, que circulou pelo país entre 1975 e 1979. Com início em São Paulo, teve sua continuidade em Londrina. Também houve movimentos organizados contra o alto custo de vida, como conta as autoras: “Segundo Elza, esse movimento contava com a adesão de donas-de-casa, membros de associações de moradores, igrejas, intelectuais, e com a articulação da Frente Democrática da Mulher Londrinense.” (Galvão & Mariano, 2000, p. 32).

Além da Frente Democrática da Mulher Londrinense, outros grupos de mulheres foram formados em Londrina com a proposta de lutar por melhores condições sociais,

políticas e econômicas fundamentadas na igualdade de gênero. Porém, nos concentraremos na Frente Democrática, devido serem muitos coletivos, entidades e associações criados nesse período (Galvão & Mariano, 2000).

A maioria das mulheres que compunham a Frente tinha posição política de esquerda, buscando apoio de partidos políticos, movimentos e organizações progressistas ou socialistas e comunistas. As pautas principais se desenvolviam sobre a “redemocratização do país, em favor da anistia aos presos políticos, dos direitos humanos e contra a carestia.” (Galvão & Mariano, 2000, p. 34).

Após o AI-5 revogado, a volta da democracia no Brasil começou a se tornar real, e com isso a Frente encontrou possibilidades para trabalhar questões de gênero (igualdade de salários, divisão sexual do trabalho, dupla jornada de trabalho, violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, entre outras áreas). A Frente possuía diversos mecanismos de atuação, como articulações com partidos políticos, organizações comunitárias de mulheres, ocupação de espaços na mídia, produção de material informativo e ações artísticas. Por mais que houvesse certa articulação com os partidos políticos, maioria de esquerda, a Frente se intitulava apartidária, sendo uma organização autônoma. Em 1983 esta Frente chegou ao fim, à maioria das participantes foram atuar em outros espaços, como na construção coletiva dos partidos políticos, nas instituições e nos sindicatos.

Estudos realizados sobre este processo concluíram que a retração dos movimentos foi um sintoma da reestruturação do país. A renovação político-partidária, o surgimento e o fortalecimento de inúmeros canais de participação social, a proliferação de organizações não governamentais e a criação de centros de pesquisas voltados para a questão da mulher acabaram por canalizar a participação dessas mulheres que atuavam em movimentos de mulheres. (Galvão & Mariano, 2000, p. 39)

No entanto, algumas feministas dizem que também colaborou para o esvaziamento da Frente foram algumas pautas feministas mais controversas, como a sexualidade da mulher, algumas não viam prioridade em agendas como a questão dos direitos sexuais e reprodutivos.

Após a abertura democrática culminada em 1984 por todo território nacional, em Londrina em 1986 foi fundado o Conselho Municipal da Condição Feminina que teve forte atuação no âmbito de ser um “articulador e canalizador das reivindicações do movimento de mulheres.” (Galvão & Mariano, 2000, p. 47). Também no mesmo ano, na verdade no mesmo mês, foi instituída a Delegacia da Mulher na cidade, uma das primeiras no país. Em 1992, foi criada a Coordenadoria Especial da Mulher, com isso o Conselho se extinguiu, pois seu papel estava sendo até então de um órgão que executava projetos e não de um órgão que representasse a esfera política da sociedade civil. Com a criação da Coordenaria, o Conselho perdeu esta função sendo extinto, porém após três anos de sua finalização, em 1999, aconteceu a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, que instaurou o Conselho, elegendo os representantes da sociedade civil por meio dos votos das delegadas e delegados da própria sociedade civil. No mesmo ano, em meio às solenidades do Dia Internacional da Mulher o Conselho tomou posse (Galvão & Mariano, 2000).

Em 1998 a Coordenadoria da Mulher foi substituída pela Secretaria Especial da Mulher, que tem atuação até o dia de hoje no atendimento à mulher em situação de violência, promovendo ações no combate a violência contra a mulher e estruturando políticas públicas em diversos sentidos, seja nas questões de saúde, de emancipação e autonomia das mulheres.

### 3.3.1 Militância Orgânica e Visceral

Ao ingressar na área de assistência social como psicóloga de um dos Centros de Referência de Assistência Social [CRAS] na cidade de Londrina em 2011, minha prática se iniciou atendendo famílias socialmente fragilizadas. Acolhendo as demandas, principalmente

as subjetivas, me deparei com alguns questionamentos importantes para (re)pensar o trabalho com famílias que o serviço desenvolvia. As observações iniciaram-se na questão de gênero, pois foi possível perceber que a maioria das pessoas que atendíamos era mulheres. Dessas, a maioria era chefe de família, com muitos filhos(as), sendo obrigadas a trabalhar longas jornadas para poder sustentar a si e sua família. O cuidado com as crianças e jovens eram deixados para algumas instituições públicas como escola, creche ou projetos socioassistenciais. Havia também aquelas que os deixavam sozinhos em casa ou com parentes. Percebi que muitas mulheres ali sobrevivem apenas com a renda do programa Bolsa Família, pois não conseguiam um trabalho formal ou vagas nas instituições de cuidado e educação para deixarem seus filhos(as). Porém, a maioria dessas mulheres trabalhava, com ou sem registro em carteira. Havia sim, certo tipo de labor: as profissionais que mais atendíamos eram empregadas domésticas.

Outra questão que analisei foi à raça/etnia dessas mulheres: a maioria era negra ou indígena. Em seus atendimentos individuais, lembro-me de me deparar com outra questão bastante significativa: de cada dez das mulheres que passaram por atendimento do serviço de psicologia, oito haviam sido abusadas sexualmente de alguma forma. Não concordava com as altas taxas de abusos; o quanto essa experiência causou danos para a vida dessas mulheres; não queria apenas aceitar e achar que era algo “normal” esse tipo de violência acontecer; e eu, passei a entender que enquanto profissional de psicologia, teria que fazer uma espécie de redução de danos. O objetivo era fortalecer essas mulheres a elaborar esta vivência, entendendo sua condição enquanto sujeito no mundo, refletindo sobre si e seus pares. Porém sabia que não era apenas isso, queria fazer mais, por elas e por mim.

Em meados de março de 2012, após o dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), fui convidada por um amigo a participar de uma formação feminista. Uma profissional da Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, juntamente com uma

organização feminista estariam oferecendo essa formação. Aceitei, e ali eu passei a dar nomes aos meus incômodos. Descobri, de fato, o que era estudo de gênero e fui observando que era esse tipo de grupo (no sentido teórico e político) que me faltava, era esse tipo de informação que eu procurava e se encaixava perfeitamente aos meus questionamentos como psicóloga social. Passei, então, a ter um novo olhar sobre o mundo, principalmente sobre meu trabalho. Iniciei os estudos de gênero e das teorias feministas. A força do encontro dessas mulheres foi tão intensa, que após essa formação, outros grupos de mulheres começaram a se reunir, e disso saiu a primeira Marcha das Vadias de Londrina.

Era 2012 ainda, e Londrina se encontrava imersa em uma atmosfera de transformação social vinda das mulheres, o que culminou com a Marcha. As discussões propostas nessas reuniões eram, principalmente, em torno da cultura de estupro devido às várias denúncias que as mulheres faziam diariamente e aos números de abusos sexuais alarmantes em todo o país. As preocupações em torno da Marcha por aqui eram semelhantes as das mulheres canadenses que deram início a primeira Marcha das Vadias no mundo. A culpa internalizada de nós mulheres pela violência cometida era uma questão crucial, pois até hoje existe o pensamento que a responsabilidade do abuso sexual é da vítima e não do agressor. Os motivos para o abuso seriam, então, a roupa curta demais, o comportamento exagerado para uma mulher, o ato de estar sozinha na rua, enfim, situações que independentemente do fazer da vítima, a culpa recai sobre ela.

A Marcha das Vadias nasce desses questionamentos, devido uma onda de estupros que aconteceram na Universidade de Toronto em 2010. Um grupo de estudantes canadenses decide por realizar um ciclo de palestras sobre como combater essa violência. Em uma dessas palestras, um policial foi convidado a falar. Uma de suas falas foi: “Se não quiserem ser estupradas, não se vistam como vadias!”. Parecia que estava faltando apenas esse pensamento

para explodir uma intensa movimentação das mulheres pelo mundo, que convocava as mulheres as ruas contra a cultura do estupro. Carla Gomes e BilaSorj (2014) apontam:

*A Marcha das vadias* é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no *campus*, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos. (p. 437)

Ao chegar ao Brasil, a Marcha das Vadias se espalhou pelos Estados de forma rápida e eficaz, principalmente, por causa das redes sociais, assim como afirma Gomes e Sorj (2014):

Desde então, por meio da rápida troca de informações proporcionada pela internet, a marcha foi organizada em diversas cidades pelo mundo. Em países de língua espanhola, o protesto ganhou o nome de Marcha de las putas ou Marcha de las vagabundas. No Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a organizar uma marcha, em 2011, adotando o termo “vadias”. A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mails. (p. 437)

Em Londrina, a primeira Marcha das Vadias aconteceu no dia 02 de junho de 2012, levando cerca de 800 pessoas pelas ruas da cidade. As redes sociais tiveram papel importante

neste processo, pois com a rápida informação, em menos de um mês, a Marcha se concretizou. Após essa mobilização, muitas de nós começaram a se organizar em coletivos de mulheres. Aqueles que já existiam ganharam força no município. Foram, aproximadamente, 12 grupos criados com o objetivo de discutir sobre as questões de gênero, principalmente, a questão da mulher em nossa sociedade atual. Como já dito, o objetivo da Marcha é dar visibilidade as pautas feministas, principalmente, a erradicação da cultura do estupro. Essa visibilidade também atingiu outros coletivos na questão de gênero, como o coletivo de mulheres transexuais e travestis em Londrina, o Elitytrans. As pautas desse grupo passaram a ser reivindicadas com força maior após a participação de algumas integrantes na Marcha.

Passsei a integrar dois coletivos: a Rede Feminista de Saúde (RFS), existente desde 1991, ativa no Brasil todo; e criei junto com outras mulheres jovens, o E.V.A. Coletivo Feminista (E.V.A). Desde então, ambos coletivos atuam nas áreas de políticas públicas, promovendo oficinas, palestras, encontros, rodas de conversas, debates sobre o movimento feminista e suas pautas, gênero e seus desdobramentos, e educação sexual, principalmente, para adolescentes e jovens.

Hoje na cidade de Londrina existe uma frente de mulheres denominada Frente Feminista de Londrina, criada a partir de março de 2018, integrando vários coletivos e grupos feministas, além de agregar mulheres militantes independentes, os coletivos que mencionei acima fazem parte desta organização. Um dos objetivos dessa Frente são a manutenção e a criação de políticas públicas para as mulheres no município, além de focar nas conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos, algo que se materializou no ano de 2018. Campo esse de luta que levou esse grupo a fomentar na cidade debates, encontros, atos políticos, panfletagens, reuniões e ações de cunho cultural sobre uma pauta das mulheres que é considerada polêmica: o aborto legal e seguro.

Neste mesmo ano, em meados de junho, houve intensa mobilização das mulheres argentinas em torno desta pauta, o que gerou grande apoio político do mundo todo, principalmente, dos países da América Latina, incluindo o Brasil. As argentinas conseguiram levar a agenda do aborto legal para o Congresso Nacional, mobilizando centenas de mulheres latino-americanas em prol da legalização do aborto no país. No dia 14 de junho, após 23 horas de debates sobre a regularização da lei do aborto até a 14ª semana de gestação sem restrições, promovendo a livre escolha da mulher sobre seu corpo, a votação foi encerrada com 129 votos a favor e 125 votos contrários ao projeto. As argentinas conseguiram um marco histórico, levando milhares de pessoas às ruas de todo país a favor desta pauta. Com lenços verdes sobre os punhos e/ou pescoços, descendentes dos lenços usados na cabeça das Mães da Praça de Maio, estes lenços tornaram-se símbolo da luta feminista pela legalização do aborto, formando uma onda verde sob as ruas da Argentina. Essa onda fez com que a mobilização se estendesse a América Latina, chegando em grande parte das cidades brasileiras, e Londrina foi uma das sedes desse debate. Diante de tal momento histórico, nós estivemos mobilizadas em torno desta pauta, mesmo perdendo a votação no Senado argentino, essa mobilização das mulheres na América Latina, intensificou o movimento feminista pelo mundo, e o movimento londrinense não ficou de fora.

No contexto brasileiro, o ano de 2018 foi um ano eleitoral de eleições presidenciais, e o Brasil tem passado por intensos conflitos políticos desde 2016. Após esse ano figuras políticas ganharam força, como o caso do atual presidente da república Jair Bolsonaro, este possui discursos bastante violentos, misógenos e preconceituosos contra mulheres, negros/negras, pessoas LGBTI+, nordestinos/nordestinas e a população indígena, tal candidato foi eleito atualmente com mais de 55 milhões de votos válidos. Antes da votação em segundo turno, houve pelo país uma forte mobilização das mulheres brasileiras contra a candidatura e as propostas de governo deste homem. Pela via das redes sociais organizaram

atos públicos e levaram milhões de mulheres para as ruas. Londrina alcançou um marco de duas mil pessoas pelas ruas gritando o grito de ordem dessa mobilização, o ELENÃO.

Enquanto, pesquisadora e ativista feminista, encerro meu relato contada neste estudo e encerro tal capítulo, compreendendo que o movimento feminista tem se fortalecido e crescido cada vez mais pelo mundo, é intenso o sentimento que me preenche ao me deparar com esse fluxo que não cessa do feminismo, principalmente, na América Latina. Presentemente posso dizer que o feminismo é uma constante, é um eixo de suporte de vida para as mulheres, é a esperança de viver sem violência e opressão, é o corte da subordinação feminina, é a matriz que opera pelo fim da desigualdade de gênero. O feminismo ainda é um movimento preciso e necessário, que sustenta as lutas das mulheres por direitos e pelo fim da dominação masculina.

## **4 DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A PROTAGONISTAS DAS LUTAS**

Neste capítulo trataremos das distintas formas de violência de gênero que se materializam nas vidas cotidianas e que impactam profundamente a vida das mulheres. Para isso, discutiremos sobre questões como patriarcado, opressão e violência, apresentando dados sobre violência contra mulher à luz de categorias analíticas relevantes que nos permitirão uma melhor compreensão sobre o tema. Este capítulo tem como objetivo tornar possível múltiplas aspirações para o próximo, promovendo assim, uma discussão de como as vivências dessas violências possibilitaram encontros e novas vivências políticas entre mulheres da cidade de Londrina-PR na luta contra essas violências, criando novos processos de subjetivação.

### **4.1 GÊNERO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Os estudos de gênero têm se tornado cada vez mais necessários nas sociedades contemporâneas nos últimos tempos. Encontrar uma definição do que é gênero tem sido foco de inúmeras pesquisas e estudos sobre o tema há décadas, por isso, para dar início a essa discussão, acreditamos que seja importante responder essa pergunta: afinal, o que é gênero?

Como base teórica para introduzir essa discussão, iremos utilizar duas pesquisadoras renomadas nesta área, a saber, a historiadora norte-americana Joan Scott e a socióloga brasileira Heleieth Saffioti, ambas muito criteriosas e atenciosas a esse tipo de análise.

Segundo Scott (1995), uma das origens do gênero parte da gramática, é uma questão de linguagem, por exemplo, professor e professora, na língua portuguesa em que há a possibilidade dessa flexibilidade. Em alguns países, porém, não há a prevalência da flexão de gênero, como o caso da França, uma das línguas mais patriarcais existentes. Muitas feministas francesas, em função disso, têm estudado o vocabulário francês justamente para criar um sistema que contemple mais igualdade no uso da linguagem (Saffioti, 2004).

Ainda hoje existe uma ideia equivocada de que gênero e sexo sejam sinônimos. Sexo, no entanto, está ligado às características físicas e biológicas, além de configurar o ato sexual propriamente dito, ou seja, sexo pode ter dois termos, é um comportamento, assim como define também papéis sociais, a partir das diferenças sexuais que são baseados, a partir desta noção, nos órgãos sexuais (pênis/vagina) (Scott, 1995).

A definição de gênero está ligada aos padrões sociais e culturais atribuídos aos homens e às mulheres, em outras palavras, é uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos, sendo uma construção social das diferenças sexuais e/ou um aspecto relacional das definições normativas de ser homem e ser mulher, além de estruturar as diferenças sociais nas diversas sociedades, rejeitando o determinismo biológico e revisitando paradigmas e fundamentos epistemológicos que definem o homem como sujeito de conhecimento, excluindo a mulher (Scott, 1995).

Diante dessas interpretações e análises sobre a definição de gênero, Scott (1995) a demarca como uma categoria analítica. Articulando-o com as noções de classe e raça/etnia, afirma que gênero é uma forma primária de significar as relações de poder. Nessa articulação, a noção de raça/etnia é a que mais tardiamente recebeu atenção das ciências humanas. Só mais recentemente, é que tem sido enfocada mais consistentemente, como consequência do fortalecimento dos movimentos negros e do feminismo negro.

Scott (1995) pontua que também há a prevalência de uma dimensão simbólica na definição de gênero e essas dimensões simbólicas estão interligadas com materialidades, como o corpo, ou seja, temos um corpo onde o simbólico se faz presente e inseparável. O sistema sexo/ gênero, é um sistema de relações que incluiu o “sexo”, mas não é determinado diretamente por ele, o sexo também não determina a sexualidade.

Gênero, então, seria um conceito e não uma teoria, e implicaria quatro elementos relacionados entre si, segundo Scott (1995): - os símbolos disponíveis e distribuídos na

cultura, este convocam representações múltiplas e, muitas vezes, contraditórias, um exemplo, seria Eva e Maria, como simbolismo da mulher - normas sociais que expõem interpretações simbólicas que limitam e tentam conter as possibilidades múltiplas de metáforas - explodir a noção de que gênero seja algo fixo, rebater a ideia de que existe uma permanência imutável na representação binária dos gêneros, incluindo uma noção política ao conceito é, para Scott (1995) um argumento necessário - e, por fim, a questão da identidade subjetiva.

Em contraponto a Scott, Saffioti (2004) entende que este conceito não se condensa apenas a uma categoria de análise. Para ela:

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (Saffioti, 2004, p. 45)

Neste sentido, podemos ver que existem semelhanças nas definições de gênero para ambas as autoras, porém Saffioti (2004) traz em seus estudos a afirmação de que gênero também é uma categoria histórica, esta entrelaçada com cada período histórico.

Outras semelhanças dessas estudiosas e seus trabalhos se encontram em algumas teorias sobre a explicação do conceito de gênero e a origem do patriarcado. Com a noção de

patriarcado, busca-se compreender o processo e as matrizes históricas do domínio do homem sobre as mulheres, Shulamith Firestone (1945-2012) prescreveu que a chave do patriarcado é a reprodução, a dominação masculina existe sobre as mulheres, devido à capacidade de reproduzir outro indivíduo. Catherine Mackimon (1946-), em muito dos seus discursos sobre assédio sexual e a questão da pornografia, pontua que a questão do patriarcado é a sexualidade das mulheres.

Entendemos que essa discussão proposta do conceito de gênero se entrelaça a discussão da origem ou das origens do sistema patriarcal e sua relação com o conceito de violência, principalmente, a violência contra as mulheres, pois a partir da idealização do poder dos homens sobre elas, sobre nós, estes se colocam em papéis sociais de donos/proprietários do corpo feminino, julgando, condenando, violentando e, praticando, o ato de matar mulheres (femicídio), caso os papéis sociais de ser mulher não sejam devidamente cumpridos.

Tendo em vista que a violência contra as mulheres é fenômeno social marcado na história da humanidade, para discorrer sobre esse tema é necessário fazer algumas perguntas: A dominação masculina sobre a mulher tem origem? A inferiorização das mulheres é de caráter universal? Existe uma causa? Houve um tempo em que as relações entre homens e mulheres eram organizadas de outras formas que não pautadas em violência? (Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti, & Maria Luiza Heilborn, 1980).

Algumas linhas teóricas de estudos feministas acreditam que não há um ponto inicial da opressão masculina sobre as mulheres, porém existem outras fontes que pontuam sobre a existência de um tempo onde a dominação masculina sobre as mulheres não era exercida, tendo como resultado, uma sociedade sem desigualdade de gênero e exploração feminina (Maria Izilda Santos de Matos, 2013). Importante salientar que neste escrito não serão pautadas todas as linhas teóricas que estudam sobre a origem da subordinação da mulher,

devido não ser o foco principal deste trabalho, serão apenas apontadas na discussão algumas bases.

Uma das possibilidades de leitura dessas questões está no início de desenvolvimento dos grupos humanos. Neste contexto, comunidades foram se formando por vínculos de parentesco, dividindo-se em clãs. A organização cotidiana se dava através da divisão dos trabalhos de cada coletivo, a mulher se dedicava ao cuidado com as pessoas, com os animais e com a terra, manjava o fogo e o preparo de unguentos, enquanto o homem desempenhava atividades como a caça e a busca de alimentos para o clã. O humano aqui era considerado um ser nômade, coletor e adepto da caça para garantir sua sobrevivência e de seu grupo (Matos, 2013).

Nesta fase da história existia uma gestão solidária e de parceria entre homens e mulheres, não havia uma valorização maior do trabalho realizado pelo homem sobre o trabalho desenvolvido pela mulher, nesta ordem de convivência não prevalecia à questão da superioridade masculina, o que fazia as comunidades resistirem em uma conjuntura de difícil sobrevivência (Matos, 2013).

A principal atividade humana, neste período histórico, era a agricultura e a mulher era a figura central no cultivo da terra, onde persistia a crença que o feminino possuía poderes sobrenaturais, confiando na ideia de que a mulher por ter o dom da fertilidade, era capaz de gerar campos férteis e abundantes. Pode-se observar nesta época, que o papel da mulher era de destaque frente o cultivo da terra. (Matos, 2013).

As mulheres tinham poder de fala e de decisão nos processos vividos pela comunidade, não se concretizavam as relações de domínio entre homens e mulheres, como podemos ver nas palavras de Alves e Pitanguy (1981, p. 66), “nas sociedades de caçadores e coletores não havia uma divisão estrita entre economia doméstica e economia social. Inexistia o controle de um sexo sobre o outro na realização de tarefas ou nas tomadas de decisão”.

A enxada era um dos principais instrumentos para o cultivo da terra, sendo posteriormente substituída por outra ferramenta conhecida como arado, este por ser mais pesado, apresentava a necessidade de tração animal, e conseqüentemente de força física para conduzir o movimento de arar o solo. Até este momento as mulheres eram as agentes que produziam todos os afazeres em relação à agricultura, utilizando-se sempre da enxada como instrumento de trabalho, porém com a invenção do arado, o homem ganha espaço nesta atividade, por ser fisicamente mais forte do que as mulheres.

Para Matos (2013) o nascimento do patriarcado se dá neste momento de transição das sociedades de caçadores e coletores para as sociedades que iniciam a organização coletiva através das divisões de terras, que seria o princípio da propriedade privada. O arado passa a ser um dos principais instrumentos do campo e o homem toma para si a ação de conduzir tal atividade laboral, o que pode ter gerado a supervalorização do trabalho masculino sobre o trabalho feminino.

Após a invenção de tal utensílio que permitia os campos a serem arados, os grupos humanos tornaram-se sedentários, tendendo a fixar-se. Ocorrem as primeiras divisões de terras, bem como o início das primeiras plantações e as primeiras aldeias, cidades, Estados e Impérios, além da propriedade privada. A lei do mais forte, com resquícios até os dias de hoje, determina que quem é mais forte fisicamente subjuga o mais fraco, e é socialmente mais valorizado, portanto, o mais fraco é eliminando. A inferiorização do sexo feminino, que entra como suporte para a concepção da divisão sexual do trabalho, conduz à ação masculina maior valor em comparação à ação feminina (Matos, 2013).

Porém, segundo algumas antropólogas feministas, Franchetto, Cavalcanti e Heilborn (1980), a existência da opressão contra as mulheres tem sua base na função reprodutiva, “o que permite a formulação da noção de opressão e subordinação universais da Mulher é a crença numa identidade básica, em última instância fisiológica, de todas as mulheres”

(Franchetto, Cavalcanti, & Heilborn, 1980, p. 20). O ponto central para a inferiorização da mulher seria a aptidão biológica de reprodução do sexo feminino, não considerando um acontecimento em específico que marca o início da opressão sobre as mulheres.

Saffioti (2004) questiona a afirmação de que houve um tempo onde homens e mulheres viviam em constante parceria, a mesma compreende que não há estudos suficientes que assegurem a existência desse tipo de sociedade, de caçadores e coletores, assim como, não há estudos que indiquem que todas as sociedades no passado passaram pelo estágio da caça e coleta. Saffioti (2004) vai além ao escrever sobre a invenção do patriarcado, entendido como “o regime atual de relações de poder entre homens e mulheres” (Saffioti, 2004, p. 56), promove a predominância da dominação do homem sobre a mulher (subordinação de mulheres). Pela ideologia patriarcal “torna natural essa dominação-exploração” (Saffioti, 2004, p.56), ou seja, passa a ser fortemente aceitável e naturalizado o sistema de dominar e explorar mulheres em grande parte das sociedades.

Em termos de tempo cronológico, Saffioti (2004) tem como referência estudos da historiadora austríaca Gerda Lerner, que retrata outro sistema de datação que remeteria a instauração do patriarcalismo por volta do ano 3100 a.C., e somente se consolida no ano de 600 a.C.

A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o *patriarcado* conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos. (Saffioti, 2004, p. 60)

Saffioti (2004) termina essa afirmação trazendo que o sistema patriarcal é estimado entre 250 mil e 300 mil anos o que, em comparação com a idade da humanidade, é para a

autora, um recém-nascido. “Logo, não se vivem sobrevivências de um *patriarcado remoto*; ao contrário, o *patriarcado* é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias.” (Saffioti, 2004, p. 60).

A partir das conjunturas históricas, onde a mulheres são postas como seres “fracos” ou até mesmo inferiores, justamente por sua capacidade fisiológica de reprodução, observando as sociedades ocidentais existentes traremos em cena a realidade brasileira. Falar da realidade brasileira, por sua vez, no tocante à violência sobre as mulheres, exige, como alerta Jessé Souza (2017), debruçar-se, mesmo que sucintamente, no período colonial, uma vez que ainda permanecem ressonâncias significativas do sistema escravista e do forte patriarcado que prevalecia neste período.

O cenário político, social, cultural e econômico no país se constituiu tendo como base o sistema escravista, influenciando fortemente modelos institucionais, como família, economia e política. Porém, o senso de interpretação que nos domina ainda hoje, aponta para uma sociedade que não se diz conhecer a escravidão. Olhar para este fato e reconhecer que até o presente momento não conseguimos avançar nesta questão de autopercepção coletiva, é entender que dar nome não é a mesma coisa que compreender o conceito (Souza, 2017). Perceber o significado de toda uma história escravocrata que esse país carrega não é tarefa fácil para um povo colonizado, principalmente, no pensamento.

Compreendemos neste estudo que colonizar significa invadir, declara à dominação ao dominar o outro. A invasão de corpos e mentes que são atravessados por ações e discursos de soberania, negros e negras foram capturados/as em seus territórios para servir ao homem branco, tornando-se objeto de posse nos sentidos físicos e subjetivos, sofremos com essa dominação até os dias hoje, onde o grande expoente de poder sobre os corpos negros, ou seja, o branco, continua na tentativa de perpetuar suas invasões para não perder os privilégios adquiridos há séculos. A não compreensão do conceito de racismo perpassa incessantemente

as instituições que sustentam o país e faz com que a maioria dos sujeitos que compõem nossa sociedade não reconheça a mesma como uma sociedade culturalmente racista. Pois, se assim acontecer, o entendimento da estrutura racista, a desigualdade racial, de classe e de gênero que estão postas atualmente tenderá a diminuir e até mesmo vir a ser erradicada.

Falar do início do Brasil, na perspectiva econômica, é falar do regime escravista. Estrutura esta originada em meados de 1532, data que inicia a organização econômica e civil no país. Neste momento da história, os portugueses mudaram os rumos da colonização, baseada até então no comércio/exportação e na exploração das riquezas, para uma atividade mais estável que seria a agricultura baseada no trabalho escravo. No sentido social, a base constitutiva que corroborava fundamentalmente com o sistema escravista fundamentava-se na família patriarcal, cujo patriarca detinha poderes extraordinários. “O chefe de família e senhor de terras e escravo era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até ‘El Rei’ a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios” (Souza, 2017, p. 42). A ausência de instituições intermediárias de regulação do poder absoluto dos patriarcas das famílias de posse caracterizava o sistema escravista do Brasil colônia, cujas sociabilidades, segundo Souza (2017), subsistem mesmo depois da abolição da escravidão.

A escravidão brasileira pode ser vista com um diferencial dos demais sistemas escravagistas, devido ser “uma mistura da escravidão semi-industrial das *plantations* típicas do continente americano com a escravidão familiar e sexual moura e muçulmana” (Souza, p. 42, 2017). Importante pautar aqui a escravidão sexual do século VII ao XIX, pois a centralidade deste sistema escravagista se deu nos países muçulmanos do norte da África, nos quais foram escravizados cerca de 7,5 milhões de mulheres (Souza, 2017).

A sociedade brasileira angariou para si a escravidão como sistema doméstico entrelaçado com a organização familiar. Neste sistema as crianças nascidas de relacionamentos com escravas eram reconhecidas como filhos ao adotar os valores

europeizados, como a questão da fé, dos rituais e dos hábitos paternos. A poligamia foi um sistema muito utilizado no Brasil, imitando o sistema de escravidão vindo dos países muçulmanos, porém essa poligamia reconhecia apenas uma esposa socialmente, as outras mulheres não eram reconhecidas como companheiras do patriarca, no entanto, seus/suas filhos e filhas eram vistos como descendentes de tal família, se cumprir com os valores europeus, como posto acima, ou seja, existia apenas uma esposa, porém havia muitas escravas sexuais ofertadas aos senhores (Souza, 2017).

O modelo escravocrata que o Brasil adotou pautou-se na escravidão semi-industrial da América do Norte e na escravidão sexual dos mouros e muçulmanos, essa junção de relações de poder, afirma Souza (2017), foram sementes das relações de classe e de gênero no Brasil.

No patriarcalismo, a questão da autoridade do senhor de terras e escravos é ilimitada. Segundo Souza (2017) não existia justiça superior a ele, nem poder policial que exigisse algo, muito menos o poder moral, visto que a igreja era uma extensão da casa-grande. O senhor patriarcal posto aqui era, de acordo com Souza (2017), um hiperindivíduo, visto como um bárbaro sem o limite internalizado em relação a seus impulsos primários. O caráter do patriarcalismo era profundamente ligado à intimidade, em especial, à questão sexual e familiar.

Com base nesses elementos, podemos dizer que o patriarcado no Brasil nasce articulado com o regime escravocrata, e faz ressonâncias com o presente, da mulher permanecer inferiorizada, uma das violências mais graves a existir, a permanência numa escala de poder onde o sujeito mulher não é vista como ser humano, aliás, não é vista como sujeito social, mas sim, como objeto de uso.

Para adentrarmos a outra parte do trabalho que diz respeito a materialização da violência contra a mulher, acreditamos ser importante descrever o que seja violência sob o olhar de uma das maiores estudiosas brasileiras sobre o tema, Heleieth Saffioti.

O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre a quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. (Saffioti, 2004, p. 75)

Saffioti (2004) aponta que em relação a agressão dos homens para com as mulheres, que é um mecanismo de ordem social, cada mulher irá interpretar essa questão de maneira singular, “a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade. Isto equivale a dizer que a violência, entendida desta forma, não encontra lugar ontológico . . .” (Saffioti, 2004, p. 75). Devido a isso, existe a preferência em se utilizar o conceito de direitos humanos, significando “violência como todo agenciamento capaz de violá-los.” (Saffioti, 2004, p. 76).

A seguir serão apresentados dados que justifiquem tais afirmações trazidas neste capítulo, onde poderá ser justificada a importância do movimento e do pensamento feminista ao longo da história, pois como vimos até aqui, o patriarcado e a violência (que será melhor situada na subseção abaixo) andam de mãos dadas na perpetuação da subordinação de mulheres.

#### 4.2 MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

É uma realidade bastante difícil olhar para a questão de rendimento salarial entre homens e mulheres pensando na realidade brasileira. Ainda é possível afirmar que as mulheres ganham menos em relação aos homens, prova disso é a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) noticiada em março de 2017, sobre a desigualdade entre os gêneros considerando a renda da população, os números apontam que a média nacional do cidadão brasileiro é de R\$ 2.043,00, no entanto, os homens recebem mais.

A média salarial do homem gira em torno de R\$ 2.251,00, já das mulheres atinge mensalmente 1.762,00, a desigualdade chega a R\$ 489,00, quase R\$ 500,00 tal diferença (Pâmela Kometani, 2017).

Não obstante existir uma média nacional na diferença de renda entre homens e mulheres, a diferença não é a mesma em todas as regiões do país. No Distrito Federal, por exemplo, a desigualdade na média salarial beira R\$ 1.000,00. Os homens alcançam o valor mensal de R\$ 3.965,00, enquanto as mulheres conseguem receber R\$ 2.968,00 (Clara Velasco, 2017). Existe ainda a visão de que a mulher por ter outras ocupações, como o cuidado do ambiente doméstico e das crianças, não conseguirá dedicar-se por completo ao seu trabalho, justificando-se assim uma renda mais reduzida. O que implica a permanência do entendimento ainda preponderante de que cabe apenas à mulher a responsabilidade pelos cuidados domésticos.

No tocante à violência, segundo informações da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o 5º país no ranking de homicídios femininos, com taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, tendo os países El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa números superiores ao Brasil (Julio Jacobo Wailselfisz, 2015). O Atlas da Violência 2018 aponta que no ano de 2016 foram assassinadas neste país 4.645 mulheres, “o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras.” (Daniel Cerqueira et al, 2018, p. 44). Verifica-se aumento de 6,4% em dez anos de assassinatos de mulheres e o estado de Roraima é o estado que mais mata mulher no Brasil.

Chama a atenção que em 2016 o estado de Roraima apresentou uma taxa de 10 homicídios por 100 mil mulheres, com uma distância razoável dos estados com taxas mais próximas, Pará (7,2) e Goiás (7,1). As taxas de Roraima flutuam bastante ao longo da série histórica, mas chegaram a picos de 14,8 em 2013, 11,4 em 2015 e, com

exceção de 2011, nos demais anos a taxa de homicídios de mulheres em Roraima foi superior à taxa brasileira. (Cerqueira et al, 2018, p. 44)

Alguns estados apresentaram taxas menores em 2016 como: “São Paulo (2,2), Piauí (3,0) e Santa Catarina (3,1). Desses três, apenas São Paulo apresentou queda na década, da ordem de 40,4%.” (Cerqueira et al, 2018, p. 45).

Pesquisadores brasileiros ao levantar alguns registros sobre a questão do feminicídio, comprovados no Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres no Brasil é irrefutável a presença de alguns números quando comparamos o Brasil com países tidos como “civilizados”. Assim, no contexto brasileiro ocorrem “48 vezes mais homicídios femininos que no Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que na Irlanda ou Dinamarca; 16 vezes mais homicídios femininos que no Japão ou Escócia. Esse é um claro indicador que os índices do país são excessivamente elevados.” (Wailselfisz, 2015, p. 27).

A violência contra a mulher é uma das estruturas que sustentam muitas sociedades ocidentais, inclusive o Brasil, é um problema social que tem como fundamento a dominação masculina cotidiana imbricada nas relações sociais, superar tal violência é uma ação imprescindível para a constituição da noção de humanidade. (Wailselfisz, 2015, p. 7)

Novo desdobramento no sentido de erradicar tal violência que atinge as mulheres no cenário brasileiro é a criminalização desses atos, fazendo com que aparelhos estatais (polícia e o sistema jurídico), se articulem na proteção as vítimas e/ou penalizando os agressores (Wailselfisz, 2015).

Com isso, podemos mencionar duas leis brasileiras de suma importância no processo de criminalização da violência contra a mulher: a Lei 11.340, reconhecida como Lei Maria da Penha, proclamada em agosto de 2006, e a Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, sancionada em março de 2015. A primeira lei citada dispõe de:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (Wailselfisz, 2015, p. 7)

A segunda classifica como crime hediondo as mortes de mulheres por serem mulheres, ou seja, quando “a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino.” (Wailselfisz, 2015, p. 7).

Segundo dados do [IPEA] foram registradas 4.762 mortes de mulheres no país em 2013, o que representam 13 feminicídios diários. Em 2015 foram registradas 4.621 mortes de mulheres no Brasil, sendo que neste mesmo ano foi verificada certa diminuição no número de mortes de mulheres brancas no país, enquanto que o índice de feminicídio de mulheres negras aumentou.

Digno de nota também é o fato que apenas no último ano houve uma diminuição na taxa de homicídio de mulheres em 18 Unidades Federativas. Ainda nessa tabela, enquanto São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal possuíam em 2015 as menores taxas, Roraima, Goiás e Mato Grosso encabeçavam a lista dos estados com maior prevalência de homicídio contra mulheres. (Cerqueira et al, 2017, p. 38)

Ainda sobre o aumento das mortes de mulheres negras é possível afirmar:

É necessário destacar, no entanto, que estes dados guardam diferenças significativas se compararmos as mortes de mulheres negras e não negras. Enquanto a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo 3,1

mortes para cada 100 mil mulheres não negras – ou seja, abaixo da média nacional -, a mortalidade de mulheres negras observou um aumento de 22% no mesmo período, chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras, acima da média nacional. (Cerqueira et al, 2017, p. 39)

Segundo Jackeline Aparecida Ferreira Romio (2017, p. 21) “feminicídios são mortes específicas de mulheres”, termo que ganha destaque através dos trabalhos de Diana Russel, em meados de 1992, porém devido às mortes violentas de mulheres nas fronteiras dos Estados Unidos e do México, esse conceito se torna imprescindível ao debater sobre a mortalidade feminina, principalmente, na América Latina (Romio, 2017).

Hoje já são 17 países na América Latina a utilizar a terminologia dentro do código criminal como forma de agravante à figura penal dos homicídios, especialmente quando se tem os indícios de que o contexto e as marcas destas mortes revelem motivações relacionadas ao sexismo e ao desprezo a condição das mulheres. (Romio, 2017, p. 18)

A autora neste estudo divide em três categorias de análises a questão do feminicídio, que são elas: feminicídio reprodutivo, feminicídio doméstico e feminicídio sexual.

O feminicídio reprodutivo estaria relacionado com a mortalidade de mulheres pautadas pelas restrições ao acesso e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos do público feminino (Romio, 2017).

Embora exista um leque de mortes evitáveis causadas pelas políticas de controle do corpo e da sexualidade das mulheres que impliquem na morte evitável, opta-se pelo isolamento das mortes por aborto, por ser sem dúvida uma tipologia de morte causada indiretamente pelo Estado e suas leis e normas restritivas dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, fruto da violência de gênero institucional (Romio, 2017, p. 166).

O feminicídio doméstico seria as mortes de mulheres por agressão sucedidas nos domicílios, ou seja, nos espaços domésticos (Romio, 2017). “É um tipo de feminicídio direto, fruto das agressões interpessoais, porém também são morte evitáveis através de mudanças estruturais na sociedade e impulsão à igualdade de gênero, através de políticas públicas promovidas pelo Estado.” (Romio, 2017, p. 166).

Por último, o feminicídio sexual se refere as mortes de mulheres por agressão sexual (Romio, 2017), ou seja, violentar uma mulher sexualmente por meio da força física que a leve a óbito.

O feminicídio sexual é de tipo direto e é fruto das violências interpessoais, porém assim como no caso do doméstico, estas mortes podem ser evitadas através de mudanças estruturais na sociedade e impulsão à igualdade de gênero, através de políticas públicas promovidas pelo Estado. (Romio, 2017, p. 166)

Dividir os feminicídios em categorias de análise, mostra de forma mais objetiva que os assassinatos de mulheres pelo Brasil não acontecem apenas por questões de violência física e sexual, esses homicídios também são praticados pelo Estado, onde a não garantia de políticas públicas, principalmente, relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, mata e fere a dignidade das mulheres, legitimando a violência estatal e invisibilizando casos de saúde pública como a questão do aborto inseguro.

A cultura do estupro é uma questão social que ainda necessita ser bastante discutida e difundida, devido à existência de um silenciamento em relação às denúncias sobre tal violência. Muitas vítimas não se sentem seguras e encorajadas para acionarem seus direitos quando passam por esse tipo de sofrimento. Infelizmente, o estupro ainda é tratado como assunto tabu na sociedade brasileira, tendo como ponto crucial a culpabilização da vítima sobre a violência gerada.

Segundo 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 49.497 registros de casos de estupro foram realizados em 2016 no Brasil (Cerqueira et al, 2018), pelo Sistema Único de Saúde 22.918 notificações foram feitas no mesmo ano sobre a incidente de violência sexual (Cerqueira et al, 2018). Estima-se que no país ocorra entre 300 mil a 500 mil estupros por ano, porém devido todo um sistema patriarcal que torna as vítimas culpadas pela agressão, muitas não denunciam por medo, vergonha e falta de informação por quais serviços buscar.

A materialização dos dados da violência contra as mulheres desdobrando-se, muitas vezes, em mortes violentas, foram registrados em pesquisa como a “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, indicada ao Datafolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que 29% das mulheres brasileiras trouxeram o relato de ter sofrido algum tipo de violência, no entanto, apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher. A pesquisa também distinguiu que em 43% dos casos a agressão mais grave foi no domicílio dessas mulheres (Wailselfisz, 2015).

Fazendo uma síntese de tais elementos é importante enfatizar que quando se trata de violência contra as mulheres, a questão étnico/racial precisa ser discutida e visibilizada, pois as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, de mortalidade materna e de violência obstétrica neste país. A maioria das mulheres que são assassinadas é negra. E enquanto o índice de homicídios entre as brancas diminuiu, entre as negras aumentou expressivamente.

Também é significativo ponderar que as mulheres morrem mais por objeto cortante/ penetrante, objeto contundente e estrangulamento/sufocação. Advertindo o aspecto de crimes de ódio ou por causas banais. Geralmente os domicílios são os locais das mortes e aproximadamente no Brasil são 8.000 pessoas aprisionadas por violência doméstica (Wailselfisz, 2015).

Mas, pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação [SINAN], é possível verificar que foram atendidas pelo Sistema Único de Saúde [SUS], em 2014, um total de 85,9 mil meninas e mulheres vítimas de violência exercida por pais, parceiros e ex-parceiros, filhos, irmãos: agressões de tal intensidade que demandaram atendimento médico (Wailselfisz, 2015). “Estima-se que 80% dos atendimentos de saúde no País são realizados pelo (SUS); assim, um total estimado de 107 mil meninas e mulheres devem ter sido atendidas em todo o sistema de saúde do país, vítimas de violências domésticas.” (Wailselfisz, 2015, p.75).

Foram mais de 100 mil meninas e mulheres vítimas de violência doméstica no país em 2014. Levando em consideração tais números, podemos salientar que o processo de desconstrução do modo de operação dessa violência histórica que assola as mulheres é lento e gradual, e ainda não conseguiu alcançar um patamar de discussão a nível público e político que pudesse diminuir esses números, afinal, ainda se parte da ideia de que o sexo feminino no sistema do capital é objeto do outro, mais especificamente do homem. A partir do momento que esse objeto não tem mais valor significativo, é descartado, violentado primeiro para depois ser rejeitado e depositado ao sistema como um corpo morto e sem mais serventia.

## 5 ANÁLISE

O desenvolvimento de tal capítulo se fez a partir das análises das entrevistas realizadas ao longo deste estudo. Foram levantados alguns pontos para se compreender o processo de construção subjetiva de mulheres que saíram da situação de vítimas de formas distintas de violências de gênero para a posição de militantes e atuantes no cenário político local, assim como, compreender o processo de construção de sujeitos políticos a partir das narrativas feitas nos espaços do movimento feminista da cidade de Londrina.

### 5.1 DAS VIOLÊNCIAS ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS E NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES MILITANTES

A escolha das mulheres para a realização desta pesquisa se fez por meio dos vínculos afetivos gerados no seio do movimento feminista de Londrina. As três mulheres escolhidas perpassam a história deste movimento londrinense, podendo-se assim dizer, que são três lideranças ocupando posições centrais em coletivos que se denominam feministas, ou seja, grupos de mulheres que atuam na conquista de direitos para a vida de todas as mulheres.

Importante trazer a discussão que essas escolhas vão além de categorias de análises de uma ciência convencional, perpassando por ideias, afetos e sentidos marcados por uma história de encontros significativos dessas três mulheres dentro do movimento feminista. Existe aí uma quarta mulher que se coloca como parte fundamental da luta pelos direitos das mulheres juntamente com essas que aceitaram compor este trabalho, esta mulher é esta que vos escreve, que se coloca no lugar de pesquisadora e de militante feminista. Devido a isso, nossa interlocução com o/a leitor/leitora se fará novamente em primeira pessoa.

Eu, Amanda Gaion, mulher branca, cis, heterossexual, classe média, com seus 33 anos de existência, mãe de uma menina de três anos, militante feminista desta cidade desde 2012,

junto com essas três mulheres que também ocupam o lugar de serem mulheres brancas, cis, heterossexuais e bissexuais, estando na faixa etária entre 29 e 73 anos, classe média, mães e todas sendo parte do movimento de mulheres londrinense, me coloco como também objeto de análise, devido integrar essa coletividade de militantes feministas e estar sob a cena política defendendo os direitos fundamentais para a sobrevivência e existência das mulheres.

O recorte de serem mulheres brancas, cis, heteros/bi, classe média, mães, se faz devido a história de cada uma dentro do movimento e da significação delas em minha caminhada de luta. Como escrito acima, a escolha se fez através do campo de afetos e de encontros com essas mulheres, o intenso sentimento de partilha, de histórias semelhantes e com ideais também em grande sintonia, se fez o processo de definir quais seriam as participantes desta pesquisa. Devido ter-se uma diversidade vasta de mulheres no movimento feminista desta cidade, não foi pautada a escolha de mais participantes, justamente por essa pluralidade ser alta e o tempo hábil de conclusão deste trabalho não permitiriam um elevado número de mulheres, além dos motivos afetivos já citados anteriormente.

Cada mulher entrevistada tem suas singularidades envolvidas, por mais que sejam parecidas em diversos aspectos, possuem em suas histórias vivências cotidianas do ser mulher, cada uma enfrentando essas experiências de sua maneira, principalmente, pelo fato, de serem de gerações diferentes, nas faixas etárias de 29, 53 e 73 anos. Foi posto também como critério de escolha de tais mulheres, o tempo em que estão no movimento feminista de Londrina. Foi pensado em ouvir essas participantes, fazendo um paralelo a curto, médio e longo prazo de participação no movimento. A entrevistada com 73 anos foi convidada, devido seus muitos anos de movimento social, a entrevista de 53 anos que seria pautada como uma mulher a médio prazo na luta pela defesa dos direitos das mulheres e a de 29 anos foi escolhida, pois faz pouco tempo, ou seja, a curto prazo, que está no movimento feminista da cidade.

Vale salientar que os nomes foram trocados por medida ética e preservação do anonimato. Diante disso, os nomes de cada uma foram escolhidos com base na trajetória de luta dessas mulheres, Emma, Pagu e Olympe, foram as identidades encontradas para elas nesta pesquisa.

Emma, 73 anos, militante feminista desde a infância, devido acompanhar sua mãe nos encontros e rodas de mulheres, filha de militantes comunistas, cresceu em meio à política, ouvindo e vendo seus pais serem militantes de esquerda, em busca de um país mais justo e igualitário no que tange aos direitos sociais, civis e políticos.

Pagu, 53 anos, militante feminista desde que terminou o curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina em 1994, devido seu TCC ser uma pesquisa realizada em uma fábrica de costura na cidade, deparou-se com a tripla jornada de trabalho das mulheres e todos os sofrimentos vividos trabalhando em uma fábrica, onde grande parte dos funcionários eram mulheres. Após, sua entrada no serviço público, passou a integrar o corpo de trabalho da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, ali encontrou-se ainda mais com as pautas feministas e com trabalhadoras que atuavam na área da saúde da mulher, se fez militante pelos direitos das mulheres desde então.

Olympe, 29 anos, militante feminista desde 2012, se viu parte do movimento feminista com a organização da primeira Marcha das Vadias em Londrina. Depois da realização da mesma, formou um coletivo de mulheres, atuante até os dias de hoje na cidade, com a perspectiva de acolher e apoiar mulheres, principalmente, aquelas que estão em situação de violência.

Olhar para essas três mulheres, é olhar também para mim! Ouvir as três é também me ouvir! É reconhecer minha história enquanto militante feminista e psicóloga social no movimento de mulheres de Londrina. Em cada linha transcrita das entrevistas dessas mulheres, é também entender minha história de luta pela vida de todas elas. Principalmente,

com as falas de Olympe, militante que entrou junto comigo para o movimento. Falar de sua história, é falar da minha! Ouvi-las e transcrever suas falas foi um período intenso, vivo e que transpassava meu corpo num grito de euforia, devido ser parte de mim. Sentir essa militância orgânica que nos afeta cotidianamente por meio dos discursos das participantes, é entender, que de alguma forma, nós estamos no caminho da emancipação e do empoderamento de mulheres.

Para a análise dos discursos trazidos neste trabalho, trabalhamos com a divisão de três tempos, tempo 1, tempo 2 e tempo 3, justamente por ter sido feitas três perguntas norteadoras no processo das entrevistas, por mais que houve outras questões suscitadas ao decorrer dos encontros, essas eram as principais. As transcrições dos diálogos serão realizadas nesta parte do trabalho em aspas e formatação em *itálico*.

Realizando uma leitura flutuante sobre as três falas, chegamos a algumas categorias de análise, como: a relação do ser mulher, os processos políticos feministas e suas afetações, o despertar feminista e empoderamento de mulheres, que seria o ponto central onde cada mulher consegue entender seu papel social e político na sociedade em que se estabelece enquanto sujeito, infelizmente, grande parte das sociedades ocidentais ainda possuem estruturas rígidas patriarcais que aprisionam as mulheres, não favorecendo reflexões sobre o sujeito - mulher, ou seja, o despertar feminista seria a ressignificação das mulheres sobre si e sobre o mundo.

Vale salientar que nesta pesquisa encontra-se o entendimento de que existem tensões, contradições e desilusões frente às perspectivas de atuações feministas das mulheres que compõem tal movimento social, porém o foco deste trabalho não será se basear nessas questões. Sabemos que não há lugar onde aconteça a inexistência de confrontos e descontentamentos, também não partimos de uma visão idealizada do movimento feminista, em específico, os movimentos de mulheres londrinense. Partimos de buscar compreender o

olhar emancipador e empoderador que o movimento feminista pode gerar na vida de grande parte das mulheres.

### **Tempo 1**

A primeira questão posta para as três participantes foi sobre seu envolvimento com o movimento feminista, como se configurou a entrada de cada uma neste movimento social. Emma em seu discurso aponta que praticamente sempre esteve no movimento de mulheres, se criou ali, se fez sujeito-mulher dentro do movimento a partir das vivências de sua mãe e de outras mulheres que compunham sua vida, principalmente, no sentido político partidário. Foi crescendo e se envolvendo cada vez mais nos movimentos sociais, sejam eles estudantis, sejam eles de arte-resistência. Emma sobreviveu a ditadura militar, sendo presa e perseguida, mesmo assim, não desistiu de sempre envolver em cada passo de sua história as questões de gênero. Cresceu ouvindo e vendo sua mãe, principal referência feminina, discursando sobre os direitos das mulheres, sobre as pautas e reivindicações das mulheres trabalhadoras, acompanhava as discussões políticas, pois além de sua mãe, seu pai também era um militante de esquerda. Hoje, no auge dos seus 70 anos de existência, tornou-se referência política, foi eleita para diversos cargos políticos, chegando a ser vereadora desta cidade e deputada estadual, envolve-se com as questões políticas partidárias, mas sempre na luta pelos direitos das mulheres.

*“Assim, na verdade, eu sou filha de militantes políticos, tanto meu pai como minha mãe, e minha mãe foi percussora do movimento de mulheres em Londrina. Em 1949, ela criou a Associação Feminina de Londrina, tinha 150 mulheres, e elas discutiam muito as questões da cidade, necessidade de escola, você pode imaginar em 49 (1949), Londrina estava começando, ela era do partido comunista, e essa era praticamente, uma tarefa do partido, criar um movimento meio de fachada para elas poderem atuar na sociedade, quando elas começaram nesse movimento querer discutir as questões inerentes a condição feminina, elas tiveram problemas dentro do partido, porque era uma tarefa, e elas estavam desviando o curso dessa tarefa, dessa agenda, e elas começaram a ter problemas, então, elas não abriram mão, né, aí foi que minha mãe fala que ela se sentiu pela primeira vez uma feminista, quando ela falou “eu não sou uma tarefaira do partido, eu sou uma mulher e minhas outras companheiras tem necessidade, e temos que nos inserir na sociedade de forma a garantir*

*mais respeito”, não era porque o cara era de esquerda que não tinha problemas de violência, não era o caso do meu pai, mas as mulheres do partido sofriam violência doméstica também de alguns companheiros, e abusos, enfim, aí elas tiveram um problema, porque de um lado a polícia começou a desconfiar daquele movimento tão grande de mulheres na cidade, aquela quantidade enorme de mulheres, e por outro lado, os próprios dentro da família, elas tiveram problemas com os maridos. Então, é uma coisa que ainda hoje nós discutimos isso, né. E aí, nesse movimento da minha mãe, na hora de distribuir jornal, eu ia com ela, tinha reunião das mulheres, eu ia com ela, via os discursos, ouvia as falas, as agendas, eu acho que fui entendendo que era uma tarefa minha também, foi uma coisa que não foi imposta, mas eu fui sentindo necessidade, achava bacana, achava que era aquilo mesmo. Quando eu fui para escola, quando era adolescente, eu fui do grêmio estudantil, defendendo o direito das meninas de participar da educação artística como os meninos, porque a gente fazia bordadinhos de babadores e os moleques faziam coisas muito interessantes, com pirógrafos, jogavam, enfim, eu achava aquilo um horror, então, eu achava que as meninas tinham que ser inseridas também em aulas mais interessantes na educação artística, e depois de lá do grêmio, eu fui para ULES, da ULES para o DCE, do DCE para o movimento de teatro, sempre com esse recorte de gênero, sempre com o recorte de gênero [...].” (Emma)*

Pagu tem como base de entrada seu trabalho no último ano do curso de Ciências Sociais, quando decidiu adentrar a uma fábrica de costura, onde a maioria das trabalhadoras eram mulheres, ali se deparou com os abusos no trabalho que elas sofriam, a tripla jornada diária, a dificuldade de entrar neste campo, enquanto uma pesquisadora mulher. Voltou-se seu olhar para a divisão sexual do trabalho e após alguns anos, conseguiu ser convocada para trabalhar em um serviço público de atendimento às mulheres, que hoje se denomina Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com serviços de acolhimento, proteção e de produção econômica para as mulheres de camadas mais populares. Ao se chegar ao posto de socióloga dessa secretaria, Pagu voltou-se, principalmente, a área da saúde da mulher, na tentativa de englobar esses três campos, apoio e acolhimento para as mulheres em situação de violência e risco de vida, empoderamento econômico e saúde da mulher. Viu-se, assim, na obrigação de ser uma servidora pública que atua em prol de uma população, especialmente, a mais carente de direitos, de estudar e de buscar estratégias de atuação política para melhorar a vida de grande parte das mulheres londrinenses, com isso se filia a Rede Feminista de Saúde (RFS), onde inicia processos de articulação com outras mulheres que atuavam nesta área.

Desde então, Pagu se denomina militante feminista, devido estar na luta da conquista de direitos para as mulheres desde 1993.

*“Foi uma coisa que foi muito acontecendo meio que por acaso, um processo de construção, acho que mesmo, claro, pessoal, algo muito íntimo, das experiências que vão te colocando numa posição de refletir sobre sua própria condição de mulher, então, eu acho que foi uma (pausa). Conforme eu fui me deparando com as questões das mulheres nos aspectos, mesmo assim, do movimento político, do feminismo, ou dos primeiros estudos sobre a mulher, dos estudos de gênero, conforme eu fui me deparando, com isso eu fui criando esse tipo de identificações, de respostas as ansiedades desde menina, então, eu acho importante sempre pontuar isso, né. Pra mim, a adesão foi uma coisa assim, meio que, parece que algo natural, eu tenho que aderir aquilo porque tem uma identificação com aquilo, então, respostas a questões que estão sempre no dia a dia batendo na sua cabeça. O primeiro momento que eu comecei a me preocupar com o ponto de vista dos estudos, na minha formação de ciências sociais, que foi importante, quando eu fiz ciências sociais, na época que eu fiz não tive disciplinas específicas para a discussão de gênero, as questões sobre a mulher, não tínhamos grupos de estudos na Universidade, aqui em Londrina, mas sempre me interessei muito pela sociologia do trabalho, e o meu TCC foi na área da sociologia do trabalho, e eu por acaso, conversando com um colega homem num corredor das sociais, sabe quando você está naquela definição, para qual área eu vou, eu gostava da sociologia do trabalho, mas qual área eu vou, o que seria interessante, no sentido de pesquisa nessa área, aí ele comentou sobre uma fábrica de confecção que tinha próxima da casa dele, e falou do dia a dia, daquela rotina que ele percebia das mulheres, que é uma área tradicionalmente feminina, e eu falei: olha!. Comecei a me interessar por isso, por pensar a condição das mulheres em determinados setores produtivos, e aí fui fazer minha pesquisa para o TCC, e foi sobre o processo de trabalho numa fábrica de confecção, eu não tinha ainda um referencial teórico, estudos, acúmulo de estudos sobre gênero, e sobre mulher, então, eu fui trabalhar com as teorias clássicas, que seria os processos de trabalho, e a hipótese era de que víamos ali numa fábrica de confecção, no final da década de 80, começo de 90, em Londrina, um processo de trabalho nos moldes do sistema taylorista, de controle de tempos e movimentos, e nessa pesquisa que fiz lá que foi muito difícil de conseguir entrar, tive muitas limitações. Eu me deparei com mulheres, e daí várias questões que eu não abordei no meu trabalho, mas que a partir dali, ficaram mais, ficaram na minha cabeça, questões importantes para a gente pensar no que significa você ter mulher naquele lugar, por que aquele povo era mulheres?! E qual o impacto dentro do trabalho, daquele processo, para as mulheres, enfim, ali começou minha identificação, e meu interesse maior por isso [...]. Logo que eu terminei a graduação, fui trabalhar na Secretaria de Políticas para as Mulheres, também não foi uma escolha, foi por acaso, eu fiz o concurso para a prefeitura e entrei na Secretaria da Mulher, aí tudo começou a ficar muito claro, ou não, ou tudo começou a ficar mais confuso (risos), mas aí eu me deparei com essa novidade, pra mim, tudo fazia muito sentido, estou aqui há 23 anos, entrei em 95, nunca sai da Secretaria, então, minha carreira foi toda na prefeitura, estou quase para me aposentar.”(Pagu)*

Olympe aventurou-se nesta jornada desde 2012 ao participar da segunda reunião de organização de uma marcha contra a cultura do estupro, que seria a Marcha das Vadias, desde a primeira até a última edição desse ato político, Olympe esteve presente. Foram cinco anos

na organização e realização desta marcha, formando assim, um coletivo de mulheres londrinenses, denominado EVA Coletivo Feminista. Ao contrário das demais, Olympe não possui um curso superior, não sendo de seu interesse ingressar em uma Universidade, porém tem como prática militante ler sobre teorias feministas e se vê na atuação como militante feminista de contribuir no apoio e acolhimento de mulheres no sentido micropolítico, ou seja, se coloca no cotidiano vivido de mulheres que sofrem ou sofreram violência, devido ela ter esse lugar de fala, por ter sido violentada de diversas formas durante sua vida, principalmente, ter sido abusada sexualmente em sua infância, Olympe possui experiência neste sentido e com isso, seu desejo se encontra em apoiar e acolher mulheres em situações de violência.

*“Acho que, né, foi pela Marcha das Vadias em 2012, que eu entrei na segunda reunião, foi quando te conheci (risos), foi na construção da primeira Marcha das Vadias em 2012, muito louco, né, ficar contando essa história que você já sabe tão bem! (Risos). Que tipo é sua história também! (Risos). E, foi construindo e conhecendo as mulheres e as demandas e pouquíssimas teorias feministas, no início, e estava todo mundo ali meio perdidas, mas, meio que norteadas, mas perdidas também, não é esse sentimento, né?! Completamente perdidas nas certezas, sem certezas, porém com muita certeza que a gente precisava fazer alguma coisa (risos). E, foi isso, e da primeira Marcha, que foi muito bonita e muito forte, toda construção e a Marcha em si, né, saudades, surgiu o EVA e estamos aí até hoje. Aí eu não sei, é estranho falar pra você, porque parece que você sabe tudo, ou você sabe tudo mesmo, porque é sua pesquisa (risos), mas acho que é isso, né, amiga, não tem muito o que falar, foi a Marcha que trouxe isso pra gente. Que foi um rolê mais prático do que teórico, assim, não foi dentro da academia, apesar de ser bem universitário o movimento, não foi dentro da academia que ele aconteceu, ele foi bem prático, a gente não tinha nada de teoria, a gente mal sabia nome de nada.” (Olympe)*

*“[...] consegui lembrar, assim, o poder que a gente tinha quando a gente estava unidas, quando o nosso principal objetivo era simplesmente ajudar mulheres, não produzir textos, não fazer um estatuto, não escrever projeto, sabe, era tipo ajudar mulheres que seja no micro, porque é isso, né, quando você não tem dinheiro, você não tem muitos recursos, você não consegue mudar o mundo, o mundo assim, você consegue, né, cara, mas você não consegue, sei lá, atingir milhares de mulheres, mas você consegue atingir dezenas e centenas que também já é ótimo! Que também vai atingindo outras e a gente vai fazendo essa onda [...].” (Olympe)*

Encontramos aqui algumas práxis singulares do movimento feminista, a partir dos discursos e ações dessas três mulheres: Emma seguiu carreira política, trabalhando com as pautas das mulheres via política partidária, sempre envolvendo a luta das mulheres em suas agendas. Pagu atua na política institucional, sendo funcionária pública, tenta realizar ações

que garantam maior bem-estar social e direito à vida para a maioria de nós mulheres via a criação e manutenção de políticas públicas. Olympe tenta manter seu trabalho enquanto militante feminista via uma política do cotidiano, atuando no dia a dia das mulheres, principalmente, as que estão em situação de violência ou passaram por tais questões, são as micropolíticas do cotidiano que ela se propõe a fazer pelas mulheres. Diante disso, podemos verificar que nesta pesquisa as mulheres entrevistadas perpassam por três vias diferentes de se fazer política pelos direitos de nós mulheres, a via partidária, a via institucional e a via cotidiana, ou seja, há uma diversidade de se fazer política pela vida e bem-estar das mulheres, onde a somatória dessas três possibilidades de luta integram o movimento feminista dessa cidade, por isso, acredito na potência viva deste movimento, justamente pela diversificação de atuação política.

Essas diversas práxis singulares que estão postas no movimento feminista londrinense têm como um dos objetivos entender o lugar de submissão que muitas de nós somos inseridas, não permitindo mais a existência deste lugar, gerando assim, o reconhecimento enquanto sujeitos históricos e políticos.

A noção de sujeito, por sua vez, nos remete à etimologia do termo. Segundo Caraminas (Caraminas e Pascual, 1980), o termo sujeito, de *subjectus*, participio passado de *subjecio*, significa submisso. A questão da submissão é ainda algo vivo e intenso que atinge de forma direta a maioria das mulheres, principalmente, tratando-se das mulheres que vivem sob a realidade brasileira, como vimos nos capítulos anteriores os números alarmantes de violência, desigualdade e risco de vida que a maioria de nós ainda sofre. Estar em estado de submissão pelo poder masculino é, muitas vezes, estar em um emaranhado de produção de sentidos interligados em um cotidiano onde os processos de construções subjetivas de mulheres são pautados em estruturas de ordem patriarcal, objetificando nossos corpos e colonizando nossos pensamentos, a partir de noções baseadas no poder do homem, branco,

cis, hetero, burguês, fazendo de nós seres-sujeitos sujeitado, nos jogando em prisões de submissão, como a desigualdade salarial, a tripla jornada que inclui trabalho, serviço doméstico, cuidados dos(as) filhos(as), estudos, as múltiplas violências e opressões, o risco de vida que se procede quase todo momento da existência por ser mulher, e muitas outras formas de submissão que nos é posto.

Para Touraine (2006), no entanto, a concepção de sujeito contemporâneo se faz um tanto diferentemente do que é posto no dicionário, ele afirma que o sujeito só é reconhecido como tal quando luta pela liberdade, resistindo ao sistema que oprime, na busca por autonomia e emancipação, além de reconhecer o outro como sujeito. É reconhecer as amarras sociais e não se alienar, transformando sua realidade por meio de ações reivindicatórias que possibilitem acesso aos direitos de cidadania, importante também retomar que o sujeito não se configura dentro de uma estabilidade, pelo contrário, o sujeito está em constante movimento, se reinventando e se refazendo a partir de seus encontros e produções de vivências. Para Touraine (1994), o sujeito é a pessoa mobilizada pelo desejo de agir para ser reconhecido como ator social. Este, por sua vez, é definido como o ser que age no sentido de modificar o lugar social e material em que está enredado. Ele não se sujeita, não estabelece relações de submissão, mas de transformação. É na pessoa que se depositam as experiências, os pensamentos, as significações, ou seja, a dinâmica singular e processual da vida sendo vivida. O sujeito emerge, portanto, do esforço da pessoa para exercer controle sobre o lugar social, de modo a construir sentidos pessoais a este lugar e às relações sociais que estabelece.

Do mesmo modo, Touraine (1994), afirma que é nos conflitos sociais que se constitui o sujeito, é:

. . . na recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais, mas em nome da livre

produção de si mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto. (p. 247)

Importante também observar que a construção do sujeito para a liberdade implica, então, em relações de solidariedade, uma vez que se processa mediante o reconhecimento mútuo entre sujeitos distintos. “É somente quando o outro sujeito se dirige a mim a fim de que eu seja sujeito para ele, que eu sou realmente sujeito” (Touraine, 1994, p. 292).

Tendo como base as falas dessas mulheres e o conceito de sujeito em Touraine, podemos verificar o processo de se fazer sujeito-mulher ao longo de suas histórias de vida em consonância com o movimento feminista, estar na luta pelos direitos das mulheres, faz delas sujeitos vivos e comprometidos com as causas sociais que envolvem a sobrevivência das mulheres, não aceitando mais o lugar subalterno em que somos postas cotidianamente, reconhecendo assim, nossa história e nosso futuro como sujeito-mulher e não sujeito sujeitado. Podemos visualizar, da mesma forma, em como os laços de solidariedade com outras mulheres precisam ser fortes, como aparece com frequência em seus discursos a questão da unidade entre as companheiras de luta e em como são necessárias essas relações solidárias para o avanço desse movimento social e das mulheres que o compõem.

*“E aí, nesse movimento da minha mãe, na hora de distribuir jornal, eu ia com ela, tinha reunião das mulheres, eu ia com ela, via os discursos, ouvia as falas, as agendas, eu acho que fui entendendo que era uma tarefa minha também, foi uma coisa que não foi imposta, mas eu fui sentindo necessidade, achava bacana, achava que era aquilo mesmo.” (Emma)*

*“E assim, eu ainda tenho um pouco de dificuldade de dizer “sou feminista” (risos), mas no fundo eu sou uma ativista feminista, estou em uma organização assumidamente feminista, me identifico com as pautas feministas, mas não sei se você entende o que eu quero dizer, que é uma coisa que parece meio, pode ser bobeira minha, mas uma coisa meio prepotente, assim sabe, dizer “sou feminista”, porque justamente ficamos nessa contradição, na verdade, eu integro essa luta feminista, integro essa luta feminista porque eu acho que, não tem como, eu não consigo negar a nossa experiência nessa sociedade que tenta nos colocar num lugar de subalternidade, então, eu acho que quando você não aceita isso, a todo momento nas relações interpessoais, no âmbito doméstico e nos espaços públicos, você é feminista!” (Pagu)*

*“[...] o início do meu relacionamento deixou várias cicatrizes em mim, em relação ao meu ex-companheiro, ao meu relacionamento, e eu acho que foi esse empoderamento pouco a*

*pouco do movimento que me fez diagnosticar isso, e eu falei, não quero mais. E quando eu falei, não quero mais, eu descobri que estava grávida! (Risos). Só que daí eu já entrei nessa gestação, que também era uma coisa que nunca quis na minha vida, com esse empoderamento do movimento feminista, que se não fosse eu estava fudida, fudida, porque daí eu tive, tenho, uma maternidade real [...].” (Olympe)*

Nesses discursos podemos observar as produções de sentidos que foram tecidos ao longo da existência dessas mulheres em conjunto com o movimento feminista. Emma acompanhava sua mãe nas atividades de militância, entendendo que aquilo tudo era parte de si também. Emma não tem uma ruptura, no sentido, de romper com os vínculos sociais de opressão, desigualdade e violência incorporados ao longo de processos de socialização opressivos, pelo contrário, ela tem uma percepção potente de um lugar que ela deveria estar, na luta pelos direitos das mulheres e por sua emancipação.

Pagu aponta nesse trecho o processo de identificação com o ser feminista, não aceitando o lugar de subalternidade que nós mulheres somos colocadas e afirma que a partir da negação desse suposto lugar, nos tornamos feministas.

Olympe reconhece através de suas relações afetivas e de sua maternidade o quanto o movimento feminista a empoderou nessas questões cotidianas, admite viver essa maternidade de forma real, a partir do encontro com esse movimento social. Saindo de um lugar onde não conseguia identificar as opressões e subalternações em que foi posta, para um lugar de fortalecimento e reconhecimento dessas questões.

Os conjuntos discursivos que ressignificam o ser mulher mostram que a partir da entrada dessas mulheres no ativismo feminista, seja por meio da família, do trabalho/estudo ou de atos políticos, elas entenderam seu lugar e novos discursos foram gerados no sentido da identificação de ser mulher, produzindo novos sentidos em suas histórias. Na luta pelos direitos das mulheres, passaram a negar a subalternidade que nos é posta e se reconheceram sujeito a partir das ações do movimento feminista, dos encontros, das leituras, das

manifestações pelas pautas das mulheres, ou seja, se reconheceram sujeitos a partir deste movimento social.

## **Tempo 2**

A segunda pergunta realizada foi sobre o olhar de cada uma em relação ao movimento feminista hoje na cidade de Londrina-PR. Duas participantes verbalizaram que este olhar é de preocupação, chega a ser uma visão pessimista-ativa, como disse Muniz Sodré em uma de suas entrevistas, “ainda estamos na luta, mas mal das pernas”. Essa frase cabe muito bem ao movimento feminista em Londrina, pois continua ativo e vivo, porém aquela intensidade que se configurou em 2012, perdeu-se e não se refez ainda, segundo o ponto de vista desta pesquisadora e de duas militantes entrevistadas. Existe um forte indício que após os rumos tomados pela política nacional, com um viés político de extrema-direita e que chega ao poder no ano de 2018, assumindo a presidência da república a partir de golpes e mais golpes de Estado, os movimentos sociais se perderam, e ainda não conseguiram se encontrar. Após as eleições do ano passado, houve um forte impacto nos movimentos como um todo, o que afetou muito o movimento feminista de Londrina também, por mais que houvessem grandes manifestações contra a candidatura do atual presidente da república, devido toda sua história impregnada de machismos, racismos, LGBTfobias, entre outras ações preconceituosas e fascistas, após sua chegada no cargo de mais alto nível de poder político do país, o movimento se enfraqueceu, gerando conflitos e a saída de muitas mulheres militantes do movimento.

*“Eu vejo com preocupação, sabe. Eu acho que perdemos o foco, bastante. As bandeiras que a gente vê não deveriam ser apenas em relação a questão do nosso direito a saúde reprodutiva e a sexualidade, temos outras questões que fazem parte do cotidiano, pra gente atingir esse patamar de direito, nós temos outros temas que são igualmente importantes, pra gente levantar bandeiras também, a cidade está caindo aos pedaços, nós temos problemas na educação, nós temos problemas na saúde, temos problemas com a questão da segurança, isso é bandeira de mulher também, do movimento feminista, eu acho que a partir daí a nossa inserção, por exemplo, nós fazemos pequenos grupos isolados, nós não estamos falando, não*

*estamos expressando nosso pensamento em relação a essas questões da vida das mulheres em uma cidade que não é preparada para as mulheres, que não dá bola para as mulheres, da questão da habitação, da questão do transporte, da questão da iluminação da cidade, vários temas que tem a ver com a questão feminista, que nós não estamos colocando na mesa, aí nós viramos o alvo daquele brinquedo, como é que chama, de atirar aquelas setas lá, nós somos aquele alvo, as setas estão todas preparadas, mas nós sem pensarmos muito, vamos para a parede, para as pessoas nos atirarem as flechas, entendeu?!” (Emma)*

*“Eu vejo esse movimento como fundamental e inevitável diante desse processo de desmonte do Estado que impacta negativamente sobre a vida das mulheres, e então, não tem muito o que dizer no sentido do porquê, porque é isso! É a realidade nossa, né. E o avanço do conservadorismo também, então, ao mesmo tempo em que nós tivemos um processo de avanços, esse discurso de igualdade de direitos, das mulheres poderem ocupar os espaços públicos, né, de ter maior autonomia, se de um lado nós avançamos, por outro, a reação conservadora veio junto. Nós estamos em um momento de um confronto desses dois projetos, um confronto muito intenso desses dois projetos, então, eu acho que o feminismo não ressurgiu, porque, de repente, as mulheres estão a fim de retomar, foi um movimento necessário, eu acho que é isso!” (Pagu).*

*“Está errado! (Risos). Não é que está errado! Essa é a reflexão que estou tendo desde que eu voltei do curso de Curitiba, né. Eu sinto que, não sei, cara, talvez seja um saudosismo, ou uma idealização que eu fiz na minha cabeça, mas parecia que estava tão certo, sabe, a gente era coletivos afetuosos, assim, né, a gente, tipo, vou chorar!” (Olympe)*

A resposta de Emma e Olympe demonstra efetiva preocupação sobre o movimento feminista hoje nesta cidade, a realização de uma autocrítica coletiva sobre o movimento parece não existir e não se faz a medida que aparecem as demandas ou se refazem as pautas e agendas das mulheres. É a falta que existe não apenas neste movimento social, mas em muitos outros. Talvez se houvesse um tempo destinado para possíveis reflexões dos erros e dos acertos do movimento feminista nos encontros e reuniões, o desgaste e o enfraquecimento não iriam ser tão impactantes. Na fala de Pagu pode-se perceber a existência de dois projetos, um conservador e outro libertador, que promove a autonomia e a libertação das mulheres, na tentativa de avançar na questão dos direitos sociais, civis e políticos para todas nós, no entanto, a reação conservadora acontece na medida em que nós avançamos, acabando por gerar conflitos e tensões entre esses grupos conservadores e os grupos que tendem a progredir com as pautas emancipatórias para as mulheres. Acredito que o movimento se enfraquece a partir da não reflexão sobre a reação do conservadorismo e onde estamos errando quando tais

grupos reagem as pautas feministas. A sensação que, muitas vezes, nos atinge é a de que não conseguimos refletir de forma coletiva sobre as faltas e sobre as falhas que se cometem ao longo das vivências do movimento, caso haja tais noções reflexivas, as possibilidades de gerar reflexões e novos sentidos na vida cotidiana das mulheres seriam bem maiores e mais intensas.

Olympe trouxe em sua fala sobre os coletivos na cidade anteriormente serem “coletivos afetuosos”, em outros pontos da entrevista, ela marca essa questão do afeto envolvido e que no presente momento ela não vê que exista mais, este seria outro ponto de reflexão que, algumas vezes, falta no movimento feminista londrinense. A impressão que se tem é que o corpo político do movimento feminista de Londrina se endureceu, se fez um corpo forte e resistente, porém duro e não sensível. Acredito que pelos avanços das pautas ultra-direita no país, o movimento feminista desta cidade precisou se refazer dessa maneira, porém não compactuo dessa forma de atuação, pois ainda tenho comigo que o afeto é revolucionário, combater os modelos masculinos que nos oprimem e nos violentam sem o campo afetivo, é lutar com as mesmas armas que eles usam contra nós mulheres. Produzir tais sentidos afetivos a partir de práticas discursivas que busquem a solidariedade e a parceria entre nós mulheres, poderia se ter um movimento muito mais integrado, não que tal movimento não tenha determinadas práticas, mas na intenção de fortalecê-lo cada vez mais, esses discursos poderiam ser intensificados, ecoando assim, para o cotidiano privado dessas mulheres.

Criar redes afetivas entre mulheres que possibilitem a interconexão entre nós é uma das formas de não enfraquecer o movimento, mas sim, torná-lo mais forte e potente, a partir das divergentes entre as pautas e as agendas, e não da disputa pelas diferenças, pois com isso, os vínculos afetivos podem se dispersar e os laços solidários de convergência podem ficar cada vez mais frágeis. As diferenças dentro do movimento feminista não é algo danoso, a

diversidade entre os feminismos é necessária e precisa, porém a partir que essas diferenças se sobressaem dando espaço a conflitos que simplesmente afasta as mulheres, ao invés de agregá-las, o movimento enquanto um campo integrado perde-se e o foco central se dissolve. As redes dos movimentos sociais na América Latina até o atual momento histórico têm construído polos que dêem base para políticas emancipatórias, porém essas redes precisam estar em conexões ativas próximas de atuações que se convergem e não que gerem conflitos (Ilse Scherer-Warren, 2008).

### Tempo 3

A terceira pergunta a ser feita para as participantes foi se elas conseguiam identificar se houve alguma mudança em seus cotidianos após a entrada no movimento feminista ou o que o movimento feminista impactou em suas vidas. A resposta de todas foram que houve grandes transformações em suas histórias e que até o presente momento esses impactos são constantes. Todas adentram a sua história pessoal e singular para poder responder tal pergunta.

*“É, não dá para negar, né?! Porque veja, embora tenha sido introduzida aos poucos, digamos, né. Eu faço um paralelo com o movimento de teatro, se eu não tivesse feito teatro com a Flor, o olhar, além do olhar para enxergar o mundo, seria uma lente diferente. Igual aqueles ângulos que você faz no oftalmologista, as letrinhas lá. Eu olho, e talvez, com uma tabela com maior rigidez, os problemas sociais, porque eu fiz teatro. Da mesma forma que eu militei no movimento feminista, se eu não tivesse militado no movimento feminista, né, não como protagonista ou pioneira de algumas coisas, mas o movimento como um todo, porque a gente tinha uma interlocução muito boa com as feministas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de outros Estados, a gente trazia mulheres pra cá para discutir as questões feministas, íamos para lá, eu não sei quantas mesas eu participei das discussões sobre os feminismos, então, é lógico que foi fundamental o movimento em minha vida, eu hoje seria uma outra Emma se eu não tivesse militado no movimento feminista. Não tem como você ignorar o que você soma na militância no movimento feminista, eu não seria a mesma pessoa. Mesmo com esse histórico, né, de introdução dos movimentos políticos, sociais, da educação, da cultura, eu não seria a mesma Emma, se eu não tivesse a oportunidade e também acrescentar a lente que eu já tinha, a lente da militância feminista. Porque ela é diferente, ela é diferenciada, ela não enxerga as questões com o mesmo olhar que a sociedade como um todo enxerga, o feminismo, o movimento feminista tem um olhar mais apurado, ela combate aqui no presente porque ela está visualizando/vislumbrando o futuro, dessa ação que ela está fazendo agora no presente, é muito diferente, sabe. Esse olhar em relação ao mundo, a sociedade, a cidade, as pessoas, a*

*natureza, é tudo muito aguçado, é como se você tivesse ficado com a venda nos olhos, fazendo as coisas vendadas, aí você tira a venda, o movimento feminista te dá isso, com todas as suas contradições, com todas as suas dificuldades, o movimento feminista te mostra o que é ser mulher, é uma visão ampliada do horizonte.” (Emma)*

*“Eu acho que, na verdade, a busca pelo feminismo foi justamente pelo contrário, me deparei com o feminismo e acordei, eu acho que a inserção no feminismo foi justamente para buscar forças, isso que eu via na experiência dessas três mulheres é isso, na minha experiência como menina-mulher também, né, a repressão sexual, meu pai extremamente machista e ciumento, controlava muito, tinha aquele controle sobre as meninas, a exploração do nosso trabalho, trabalha muito e não é reconhecida, enfim, todo esse sofrimento, a falta de autonomia, abrir mão dos sonhos, apesar da minha avó dizer “vamos aí, vamos trabalhar, vou segurar essa família”, ela abriu mão de alguns sonhos, né. Abriu mão dos sonhos a favor da família, então, eu via esse sofrimento, mas ao mesmo tempo eu via muita força, né, dessas mulheres, de resistir e existir, então era força, era competência, era potencial, então, eu acreditava nesse potencial. Eu fui sempre procurando romper, e aí foi que na verdade, foi o contrário pra mim, sabe, pela minha própria experiência que eu fui procurando romper e fui procurando o apoio no feminismo, aquilo que eu fui conhecendo e aí eu fui tentando me aproximar mais. Eu acho que a mudança, quando eu realmente me inseri no movimento, eu acho que grande mudança foi de reconhecer as minhas contradições, essa foi a grande mudança, e que eu acho que é importante. Não é um processo fácil desnaturalizar um comportamento exigido, pra mim foi muito difícil, pra mim é muito difícil, porque ainda estou nesse processo e o feminismo está me ajudando. É isso!” (Pagu)*

*“Parece que a gente não consegue ver o mundo sem observar essa opressão, em todos os espaços, nas relações todas, então, eu acho que isso é o despertar feminista, eu não sei em qual momento isso acontece, eu não sei em qual momento comigo aconteceu isso de conseguir elaborar as inquietações, as minhas frustrações, as minhas revoltas. Quando que eu consegui elaborar isso como resultado/reflexo de uma sociedade estruturada sobre as bases da dominação masculina, então, não sei em qual momento eu elaborei isso, mas quando você menos espera você está fazendo essa análise crítica a todo o momento, e vem de como essa opressão se manifesta, das maneiras mais sutis, eu acho que o grande incomodo, né, o grande incomodo é conseguir observar também a naturalização dessa opressão, eu acho que isso é o grande incomodo para as feministas, o que nos move a querer mudar, observar a naturalização nas pequenas (pausa), em todas as relações, nas instituições, em como estão estruturadas, então, eu acho que é isso o que nos move.” (Pagu)*

*“Amiga, tudo, né. Graças a Deus! (Risos). Eu vivo pensando! Sou uma pessoa que pensa muito! Eu fico pensando que desde criança, como fui criada pela minha mãe, minha família já é uma família diferente, né, minha mãe tem muitos pensamentos e atitudes feministas, apesar dela reproduzir muito machismo e não se identificar enquanto feminista.” (Olympe)*

*“Como eu já fui criada só por mulheres, minha mãe é mãe solteira, duas vezes, de dois casamentos merdas pra caralho, eu tive uma criação pra não depender de homens, não confio em homens, foi até um pouco pesado, assim, porque demorou mesmo pra eu começar a confiar em homens, eu acho que, tipo, é muito recente, se é que eu confio, mas também, né, difícil (risos), mas é (pausa), óbvio que mudou, o principal foi me empoderar em relação ao meus relacionamentos, tive diversos relacionamentos abusivos.” (Olympe)*

*“E quando eu sofri violência também, doméstica, né, que eu fui agredida, que também, eu mesmo estando no movimento feminista, me culpei, no primeiro momento, graças as minhas maravilhosas amigas, tipo, em cinco minutos, eu pensei: “qual é que é meu irmão!” (Risos). Foram cinco minutos! (Risos). Só que foi isso, né, no primeiro momento, fui lá fiz a denúncia, mas ainda tentei ter uma relação agradável com meu agressor porque envolvia amigos em comum. Pô! Que pensamento escroto! [...].” (Olympe)*

*“E só dois anos depois, que foi também quando eu identifiquei meu problema no meu relacionamento que era atual, né, o relacionamento com o Pinha naquele momento, que eu acho que, foi, não sei, cara, foi um bum na minha mente, que meu corpo, minha mente, meu espírito, decidi de fato por em prática tudo o que eu sabia de teoria feminista, sabe. Eu não preciso, eu tenho direito de não dividir espaço com meu agressor, eu tenho direito de me sentir bem 100% do tempo, eu não tenho que dividir coletivos com ele, foi quando eu pedi para retirar o Fabrício do Maracatu, que eu não tenho que estar num relacionamento que me deixa com pensamentos tristes, às vezes, de lembrar de como ele se iniciou, não preciso estar nesse relacionamento, eu preciso estar num relacionamento que comece de uma maneira saudável, entendeu, bonita! Enfim, sem machismos, sabe. Tipo, sem machismo, acho difícil (risos), mas de uma maneira mais saudável, cara, com responsabilidade afetiva, sabe, que é isso, assim, agora, agora só vou entrar em um relacionamento (pausa), e é isso também, sabe, eu ter essa certeza que só vou estar dentro de um relacionamento se ele for bom pra mim, de fato, bom pra mim, se ele não me machucar, que não foi só movimento feminista que me trouxe isso, foi o meu filho [...].” (Olympe)*

*“E isso faz parte das pequenas e grandes mudanças que o feminismo trouxe na nossa vida! Aliás, a maior mudança que teve foi quando eu subi no palco da Marcha e falei que tinha sofrido abuso quando era criança pelo meu padrasto. Nossa! Isso foi libertador! O que foi legal que também libertou o Elias, que logo em seguida ele subiu e contou uma parada que ninguém sabia, de abuso pesado, assim, né. Da infância dele, e que, naquele dia que ele desceu do palco, assim, e chorou muito, e falou, “meu, muito obrigado! Porque você me deu forças para também colocar pra fora esse mostro que estava dentro de mim!”, e desde, então, ele lida muito melhor com essa situação dele, e eu também lido muito melhor, tipo, antes eu pensava e ficava na bad, hoje eu penso e falo, “pô, aconteceu, entendeu, isso não vai me definir, nunca, jamais, entendeu, nunca vou deixar isso me definir, as violências que eu sofri na minha vida, né, definir quem eu sou”. E não choro mais falando sobre isso, sabe.” (Olympe)*

Emma em sua fala traz a importância do movimento feminista como um sistema que enxerga as questões sociais com uma lente mais apurada e, porque não dizer, mais crítica, devido estar na luta pela melhoria de tais questões no presente, mas enxergando o futuro. Assim como Emma, compartilho desse pensamento, pois vejo que movimento feminista consegue dividir suas ações a curto, médio e longo prazo. Essa organização acontece nesse meio, fazendo com que haja pontos de convergência entre as mulheres, acredito que esta parte do discurso de Emma pondera muito bem o impacto que este movimento teve em sua

existência e no ser mulher que se tornou a partir das vivências neste espaço de organização social.

Pagu vislumbra o movimento como algo que a fez e a faz repensar suas contradições enquanto sujeito-mulher, trouxe em suas falas as representações femininas que teve ao longo de sua vida: sua avó, sua mãe e sua tia. Três mulheres que estavam sob o foco do patriarcado, como a maioria de nós, porém todas elas conseguiram abrir brechas emancipatórias nas amarras sociais masculinas impostas. Pagu as tem como exemplos de mulheres que abriram fissuras dentro de um sistema familiar patriarcal, que gerasse mais liberdade e conquista do direito a educação, a mesma afirma que terminou um curso superior, pois sua mãe e sua avó a incentivaram muito para chegar até aí.

Olympe configura o movimento feminista como um grande acontecimento em sua vida e a partir dele produziu novos sentidos em sua existência. Resignificou o abuso sexual que viveu, uma das marcas mais doloridas que tem em sua história, transformando essa questão em espaços de ação política para prevenir que situações assim não aconteçam e se solidariza com outras mulheres que passaram por situações semelhantes, atuando com elas no sentido de produzir novas significações sobre a violência sofrida.

No discurso de Pagu podemos encontrar uma definição bem precisa sobre o momento que as mulheres se tornam feministas ou, até mesmo, militantes feministas. Em sua fala conclui que há a predominância de um despertar feminista, que seria o tempo que nós mulheres reconhecem a existência e a permanência de um sistema dominador masculino que atua diretamente em nossas vidas, a partir do reconhecimento dos machismos cotidianos que nos assombram e do patriarcalismo que ainda se configura em várias sociedades. Quando esse despertar acontece, as mulheres passam a ressignificar suas histórias, tornando-se assim, sujeitos ativos, ou seja, atrizes sociais, que se comprometem com as pautas reivindicatórias pela vida e sobrevivências de nós mulheres, não se sujeitando mais a rotinas de violência,

desigualdade e opressão, fazendo de si, um corpo de luta, que se coloca na resistência ativa contra a ordem patriarcal vigente. Podemos visualizar o mesmo contexto no discurso de Emma, quando ela afirma que o movimento feminista retira a venda dos olhos das mulheres e nos faz sujeito-mulher nesse processo de reconhecimento do que somos e do que podemos vir-a-ser.

Outra proposta de análise sobre os discursos envolvidos é sobre o processo de empoderamento das mulheres que se situa, muitas vezes, no campo desse despertar feminista. O empoderar-se é antes de mais nada o olhar-se para si mesma, se ver enquanto sujeito emancipatório e histórico, é entender sua existência a partir de sua história de vida, é aceitar-se ao mesmo tempo que é transforma-se, buscando mudanças de posturas cotidianas e de discursos que elevam o saber de si e dos outros, num senso de solidariedade para consigo e para com as(os) demais, além da percepção de que somos um ser político, um ser social, que para além de ser único, também é coletivo.

O sujeito feminista, enquanto ser ativo e pautado num processo caótico de existência, que se vê em incessante movimento e não na estaticidade da vida, produz sentidos variados em seus cotidianos públicos e privados, a partir da fala dessas três mulheres e da visão desta pesquisadora que se faz ser presente dentro deste movimento social, concluo que este movimento gerou impactos significativos e fortes mudanças no processo de possíveis construções subjetivas dessas mulheres. Essas transformações promoveram novos sentidos no decorrer das vivências delas dentro e fora do movimento feminista, os conjuntos discursivos que fazem e se refazem nos encontros deste movimento social, produziram sentidos diversos no campo privado dessas mulheres, podemos citar essas novas produções a partir das falas de Emma, Pagu e Olympe, todas não se vêem mais ocupando lugares subalternos, mas sim lugares de emancipação, de empoderamento e de reconhecimento como sujeito-mulher, o que gera a construção de um sujeito coletivo, enquanto ator/atriz social. Sujeitos políticos que

mergulham nesses conjuntos de narrativas do movimento feminista que as torna sujeito-político-coletivo. Os processos de subjetivação feminísticos, com a perspectiva crítica feminista, faz com que os movimentos do sujeito com essa perspectiva crítica se protagonizem e se multipliquem, tornando esse movimento social um dos mais fortes do mundo.

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo vimos a importância do movimento feminista ao longo da história e em como os movimentos sociais, de modo geral, são verdadeiros elos na transformação do indivíduo humano em sujeito social, histórico e político. Na busca por melhores condições de existência para determinados grupos subalternizados e excluídos da ordem dos direitos sociais, civis, políticos, econômicos, culturais, entre outros, os movimentos sociais se colocam nos espaços cotidianos para reivindicarem suas demandas, na promoção pela garantia de direitos e no posicionamento constante frente a ordem dominante, ordem essa que impulsiona a maioria das sociedades para um abismo de exclusão e de marginalidades sociais.

O movimento feminista tem se confrontado há séculos com as artimanhas da dominação masculina sobre as mulheres, tem sido base de acesso a grande parte da população feminina que se encontra em estado de subalternidade e opressão pelo sistema patriarcal. Tal acesso leva para caminhos onde exista a possibilidade de se fazer sujeito crítico, ressignificando sua condição de ser mulher e buscando novas produções de sentidos em seus cotidianos que as façam sujeitos potencializadores na luta pela conquista de direitos para todas as mulheres.

Tornar-se sujeito político ou como aponta Touraine (2006), tornar-se ator social (atriz social), exige o comprometimento do indivíduo com as causas sociais, no decorrer do envolvimento do mesmo com os grupos de luta. Esse indivíduo no enfrentamento dos conflitos que vão surgindo, visto que os campos de forças sociais estão a todo momento em constante confronto, transforma-se em sujeito político a partir da vinculação entre si e os meios que proporcionem a potência de um pensamento crítico, ético e político, confeccionando-se em meio aos processos transformadores que vão se dando no seu contato com as questões sociais e os coletivos de luta, como os movimentos sociais.

Ao decorrer deste estudo com as perguntas e inquietações desta pesquisadora que inclui o cotidiano do movimento feminista londrinense como alvo de pesquisa social e as mulheres atuantes neste espaço, podemos ver que este movimento social de mulheres proporcionou impactos significativos no cotidiano destas militantes que ajudaram a compor tal trabalho científico, principalmente, após o ressurgimento do movimento de mulheres no que diz respeito a manifestações políticas de rua, que teve como marco principal o ano de 2012, a Marcha das Vadias. Esses impactos apontam para uma militância mais ativa e de caráter transformador no sentido de penetrar nas ações micropolíticas, para se fazer políticas, com perspectiva feminista, voltadas às especificidades das mulheres, o que cumpre com um dos objetivos da pesquisa, a saber, analisar o processo de produções sentidos entre as mulheres militantes do movimento feminista de Londrina-PR, no tocante às questões dos direitos das mulheres.

Como vimos, as três mulheres entrevistadas atuam em diferentes campos de atuações políticas, que seriam: política partidária, política institucional e política cotidiana. Essas áreas se inter cruzam a partir da perspectiva crítica feminista, para se fazer ações que garantam o acesso das mulheres aos direitos básicos de cidadania, fazendo com que nós (me coloco nesta perspectiva) possamos ressignificar nossa história e nos fazermos sujeitos políticos.

O sentido produzido para estas ativistas, principalmente, após certa ebulição do movimento feminista na cidade, desdobra-se em buscar se envolver de forma mais efetiva na produção de conhecimento sobre a perspectiva feminista de se fazer política, promovendo encontros, debates e formações com mulheres sobre o movimento feminista.

Outro ponto importante encontrado que também cumpriu com um dos objetivos da pesquisa foi que as construções de novas narrativas sobre o ser mulher e seus direitos se fizeram presentes, pois verifica-se que as reflexões acerca do cotidiano vivido dessas militantes proporcionaram o pensar sobre suas ações, transformando seu dia a dia, no que diz

respeito a não aceitação da configuração das estruturas machistas e patriarcais impostas a nós, a não aceitação das violências, opressões e discriminações que nós mulheres somos expostas incessantemente, fazendo com que elas questionassem as naturalizações sobre a condição feminina que o feminismo pontua e fizeram esses questionamentos serem atuantes em suas vidas. O despertar para tais questões é um caminho de difícil percurso, pois coloca a mulher em posição reflexiva e ativa sobre si e sobre sua realidade psíquica e social, o que podemos afirmar que ocorreu no cotidiano dessas mulheres participantes.

A hipótese realizada neste trabalho se confirmou, que seria sobre os impactos significativos gerados na vida dessas mulheres militantes no processo de produção de sentidos no cotidiano pulsante que estão inseridas, tais impactos estão relacionados ao fortalecimento, emancipação, conhecimento e empoderamento que o movimento ecoa e adentra em suas vivências. As articulações realizadas dentro deste movimento têm proporcionado mudanças nos processos de subjetivação dessas mulheres militantes, promovendo a ressignificação de sua história, enquanto sujeito sócio-histórico e sujeitos políticos, e fez e ainda faz, com que produzam mudanças a nível social, político, cultural e econômico, além de produzir sentidos distintos na construção do sujeito mulher, explorando várias faces deste sujeito, principalmente, o sujeito mulher cidadã e o sujeito mulher político, que compreende a luta das mulheres sobre a garantia de direitos e se coloca nesta luta pela conquista emancipatória de todas as mulheres.

Para finalizar, concluímos que os fatores que se fizeram e se fazem presentes no movimento feminista londrinense, que geraram transformações expressivas nas vivências cotidianas dessas mulheres, confluíram com as práticas discursivas por elas produzidas em meio às interações sociais no movimento, produzindo novos sentidos em suas realidades, tendo em perspectiva suas atuações de cunho feminista.

Para sugestões futuras de trabalhos sobre o tema, podemos dizer que ainda há poucos estudos sobre o movimento social de mulheres nesta cidade, que seria de extrema importância a busca por novos olhares em relação a este movimento social londrinense, visto a riqueza de artefatos encontrados nesta pesquisa, no sentido de possíveis construções subjetivas feminísticas através do encontro entre as mulheres e atuação do movimento feminista na cidade.

Colocar-me neste campo de estudo como pesquisadora, ativista e psicóloga social, que me proporcionou novas narrativas sobre mim e sobre minha atuação enquanto militante feminista, as produções de sentidos em meu cotidiano foram afetadas por meio deste trabalho, pois também sou parte fundante de cada linha escrita, também é minha história escrita aqui, também são minhas ressignificações enquanto sujeito-mulher postas em cada conjunto narrativo.

Termino afirmando que, assim como em todo o mundo, o movimento feminista se faz pela vida das mulheres, este trabalho também foi gestado em prol dessa ordem, a ordem que é pela vida de todas as mulheres.

“A revolução será feminista ou não será!”

## REFERÊNCIAS

- Adrião, K. G., & Toneli, M. J. F. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: Sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 465-474. doi: 10.1590/S0102-71822008000300017
- Alvarez, S. E. (1988). Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: Stepan, A. (Eds.). *Democratizando o Brasil* (pp.315-380). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Alves, B.M., & Pitanguy, J. *O que é feminismo*. São Paulo, SP: Abril Cultural: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos).
- Arendt, R. J. J. Maneiras de pesquisar no cotidiano: Contribuição da teoria ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, 20(spe), 7-11.
- Bakhtin, M. (1988). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Bakhtin, M. (1999). *Problemas da Poética de Dostoiévski*. São Paulo, SP: Forense Universitária.
- Calegari, L. (2018, março 7). A desigualdade de gênero no Brasil em um gráfico. Exame. Recuperado em: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico/>
- Cerqueira, D., Lima, R. S. D., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2017). *Atlas da violência 2017*.
- Cerqueira, D., Lima, R. S. D., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2018). *Atlas da violência 2018*.
- Corominas, J., & Pascual, J. A. (1997). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredor.
- Franchetto, B., Cavalcanti, M. L. V. C., & Heilborn, M. L. (1981). Antropologia e feminismo. In: Franchetto, B., Cavalcanti, M. L. V. C., & Heilborn, M. L. (Orgs). *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 11-47). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: Da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, 15(2), 291-308. doi: 10.1590/S0104-026X2007000200002
- Furlin, N. (2011). A noção de sujeito em Touraine e Foucault: Contribuições epistemológicas para o pensamento social. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia* (p.1), Curitiba, PR: Sociedade Brasileira de Sociologia.
- Gattari, F. (1977). *Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo*. São Paulo, SP: Brasiliense.

- Galvão, E., & Mariano, S. A. M. (2000). *Mulheres de Londrina: Lutas sociais e políticas de 1970 2000*. Londrina, PR: Prefeitura Municipal de Londrina/Secretaria Especial da Mulher.
- Gohn, M. G. M. da (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Loyola.
- Gomes, C., & Sorj, B. Corpo, geração e identidade: A *Marcha das vadias* no Brasil. *Sociedade e Estado*, 29(2), 443-448. doi: 10.1590/S0102-69922014000200007
- Kometani, P. (2017, março 07). Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos, diz pesquisa. G1, economia/concursos e empregos. Recuperado em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>
- Louro, G. L. Teoria queer: Uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2), 541-553. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200012
- Matos, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, 16(2), 333-357. doi: 10.1590/S0104-026X2008000200003
- Matos, M. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Sociologia & Política*, 18(36), 67-92. doi: 10.1590/S0104-44782010000200006
- Matos, M. (2014). A quarta onda feminista e ao campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: Entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. Anais do 38 Encontro Anual da ANPOCS (p.1). Caxambu, MG.
- Matos, M. I. S. de. História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Revista Mandrágora*, 19(19), 5-15. doi: 10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política: Uma introdução*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Moreno, M. E. (2016). *Feminismos e antifeminismos na política brasileira: "Ideologia de gênero" no plano nacional de educação 2014*. (Dissertação de Mestrado). Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Pinto, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Sociologia Política*, 18(36), 15-23. doi:10.1590/S0104-44782010000200003
- Ribeiro, D. (2014, novembro 25) Os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do momento atual. Carta Capital. Recuperado em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>

- Romio, J. A. F. (2017). *Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., Mayorga, C. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: Análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 589-603. doi: 10.1590/1807-03102016v28n3p589
- Sanematsu, M., & Prado, D. Dossiê violência contra as mulheres. Recuperado em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/>
- Scott, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de: [http://www.archive.org/details/scott\\_gender](http://www.archive.org/details/scott_gender)
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro, RJ: Leya.
- Spink, M. J., & Gimenes, M. G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde & Sociedade*, 3(2), 149-171. doi: 10.1590/S0104-12901994000200008
- Spink, M. J. (org) (1999). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*. São Paulo, SP: Cortez.
- Spink, M. J. & cols (2014). *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein.
- Spink, M. J., & Spink, P.K. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. *Quaestio*, 19 (3), 591-605. doi: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2017v19n3p591-605>
- Spink, P. K. (2000). Um lugar para o lugar na psicologia. *Grupo de Trabalho: Cotidiano e Práticas Sociais. Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pósgraduação em Psicologia (ANPEPP)*, Serra Negra, SP, Brasil. Recuperado em [https://www.anpepp.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=440](https://www.anpepp.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=440)
- Spink, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), doi: 18-42. 10.1590/S0102-71822003000200003
- Touraine, A. (1973). *A Sociedade Pós Industrial*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Touraine, A. (2006). *Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo Hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Velasco, C. (2017, agosto 26). Diferença de salário médio de homens e mulheres pode chegar a quase R\$ 1 mil no país, aponta IBGE. G1, economia/concursos e empregos. Recuperado em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/diferenca-de-salario-medio-de-homens-e-mulheres-pode-chegar-a-quase-r-1-mil-no-pais-aponta-ibge.ghtml>

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: FLACSO 2015.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A**

## Roteiro de Entrevista

- 1) Conte-me como foi sua adesão ao movimento feminista.
- 2) Como você vê o movimento feminista de Londrina?
- 3) Quais impactos e mudanças que ocorreram em sua vida após a entrada no movimento feminista?

## **ANEXOS**

**ANEXO A**

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Senhora:

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa “Mulheres em Movimento: Processos de construções subjetivas de mulheres militantes feministas”.

A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de produções sentidos entre as mulheres militantes do movimento feminista de Londrina-PR, a partir de 2012, no tocante às questões dos direitos das mulheres e analisar o movimento de mulheres de Londrina-PR e suas construções de novas narrativas sobre gênero feminino e seus direitos. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo a senhora: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As informações serão coletadas por meio de entrevistas, que serão gravadas e posteriormente transcritas. Após a transcrição os áudios serão apagados e os participantes da pesquisa serão identificados na folha de transcrição por nomes fictícios.

Esclarecemos ainda, que a Senhora não pagará e nem será remunerada por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Espera-se que com o estudo seja possível compreender as articulações feitas dentro deste movimento ao passo de poder gerar transformações nos processos de subjetivação das mulheres, na tentativa de promover a resignificação da história das mulheres militantes pelo movimento feminista, enquanto sujeitos sócio-históricos que produzem mudanças a nível

social, político, cultural e econômico, além de contribuir para a luta na conquista de direitos das mulheres e no avanço das pesquisas acadêmicas sobre a temática de gênero, feminismos e psicologia social.

Esta pesquisa tem como risco a possibilidade de manifestação de incômodos, desconfortos ou alterações emocionais no decorrer das entrevistas. Entretanto, se durante a entrevista você sentir algum desconforto emocional será possível interromper imediatamente a entrevista. E se for da sua vontade, a entrevista seguirá até o fim. Caso a pesquisadora avalie como necessário, sendo uma profissional da área de Psicologia, poderá realizar um acolhimento dos conteúdos manifestos pela participante no momento da entrevista.

Caso a senhora tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar:

Telefone: (43) 99986-5612

E-mail: [amandagaion@gmail.com](mailto:amandagaion@gmail.com)

Ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: [cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à Senhora.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Amanda Gaion Pedro

RG 9191138-8

CRP 08/16174

\_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecida sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

\_\_\_\_\_.

Telefone\_\_\_\_\_.